

FACTO

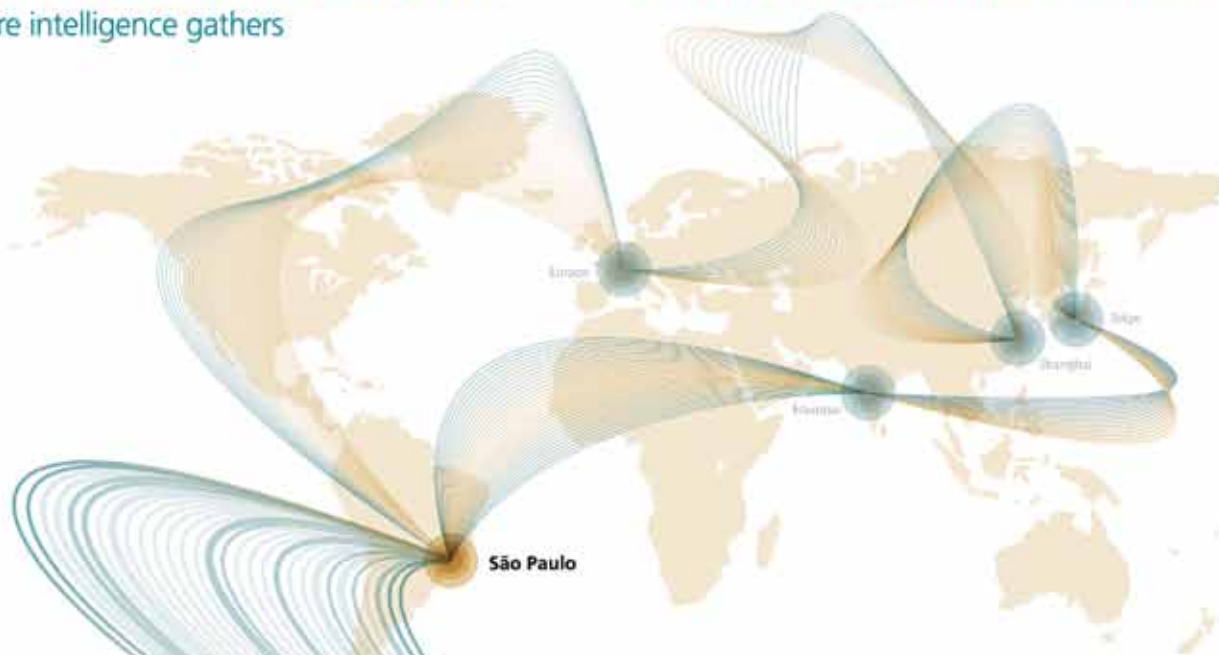
ABIFINA

ANO V • JAN/MAR • 2011 • Nº 28

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades



**Industrialização
do país para
crescer econômica
e socialmente**



Garanta seu espaço no principal evento focado em produção e distribuição de ingredientes farmacêuticos da América Latina

ORGANIZAÇÃO



Só na CPhI South America 2011 você encontra:



Exposição e conteúdo com foco em tecnologia e novidades do mercado mundial de ingredientes farmacêuticos



Investimento em campanhas de marketing estratégico para atrair o público certo para seu negócio e garantir seu investimento



Road Shows CPhI – Evento de conteúdo e networking nos principais pólos farmacêuticos do Brasil a América do Sul



NextGen – Congresso Internacional sobre "A próxima geração de Genéricos", evento de alto padrão em conteúdo, palestrantes e congressistas



Pavilhão ICSE – Espaço exclusivo com empresas que oferecem outsourcing e pesquisa clínica para a Indústria Farmacêutica



Evento B2B - Fornecedores, distribuidores e clientes em um só lugar



MAIS INFORMAÇÕES: UBM Brazil - Gabriela Bovino - gbovino@ubmbrazil.com.br - Tel.: 11 4689-1935

www.cphi-sa.com.br

APOIO

FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Jean D. Peter
 1º Vice-presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-presidente de Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-presidente Farmacêutico:
 Dante Alario Junior e Ogari Pacheco
 Vice-presidente Agroquímico: Luis Henrique Rahmeier
 Vice-presidente Farmoquímico: Nicolau Lages
 Vice-presidente Cadeia Química: Lélío Maçaira
 Diretor de Assuntos Parlamentares:
 Josimar Henrique da Silva
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretora de Relações Institucionais: Telma Salles
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 João Alegre
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Odilon Costa
 Diretor de Propriedade Intelectual: Adriana Serrão
 Antônio Berge Kessedjan: conselheiro
 Antonio Werneck: conselheiro
 Hayne Felipe: conselheiro
 Mário França: conselheiro
 Rodrigo Pinto: conselheiro
 Ulrich Meier: conselheiro

Conselho Consultivo

Akira Homma
 Eduardo Costa
 Fernando Marques
 Pedro Wongtschowski
 Alcebiades Athayde
 Eduardo Eugenio
 Fernando Sandroni
 Paulo Cezar Aquino
 Vinzenz Plorer
 Peter M. Andersen

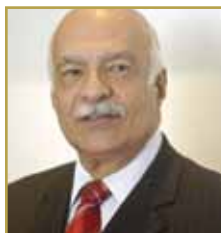
Expediente

Coordenação Geral:
 Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br
 Reportagens (Capa e ABIFINA Comenta): Inês Accioly
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br

Em seu artigo, Odilon Costa, diretor de assuntos regulatórios de fármacos da entidade analisa a desindustrialização brasileira.



Em entrevista à Facto ABIFINA, Eduardo Costa, presidente da Fundacentro, faz uma análise das compras governamentais no Brasil.

consumo
desindustrialização
produção
economia

Reportagem de capa: a jornalista Inês Accioly aborda os riscos da desindustrialização e seus reflexos no crescimento econômico e social do país.

EDITORIAL	04
CAPA	06
ENTREVISTA	12
OPINIÃO	15
DESTAQUE	17
ABIFINA COMENTA A NOTÍCIA	18
ARTIGO ASSINADO	20
PAINEL DO ASSOCIADO	24
ABIFINA EM AÇÃO	28
ARTIGO ASSINADO	34

FACTO ABIFINA
 ANO V • JAN/MAR • 2011 • Nº 28
 Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Industrialização do país para crescer econômica e socialmente

Publicação da:

ABIFINA 25 anos
 Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

Retornará a gestão pública em um projeto nacional?

por Nelson Brasil • 1º Vice-Presidente da ABIFINA



Sai um presidente essencialmente político, dotado de uma forte intuição, para dar lugar a uma presidente que se destacou como gestora pública, louvada pela racionalidade econômica aplicada na administração pública.

Podemos, então, esperar da nova governança pública brasileira a retomada de um projeto nacional como ocorreu com Juscelino e Geisel, contendo distintos programas que definiam para os diversos órgãos governamentais objetivos, metas, cronogramas e a gestão articulada de agentes econômicos envolvidos? É difícil se imaginar que essa possibilidade possa se transformar em realidade, face à nociva partidarização da máquina pública há muito implantada no Brasil, com objetivos pessoais nada nobres. Titulares nomeados para cargos de confiança obedecem a seus “padrinhos políticos”, não aos chefes hierárquicos na instituição pública. A despeito desse fato, que ainda é agravado pela

cultura patrimonialista dos congressistas com as famosas “emendas parlamentares” – que agora pretendem tornar de aplicação compulsória pelo Executivo, espera-se que a presidente eleita, respaldada pelo apoio popular ao seu programa de governo, que assegura a estabilidade monetária, a manutenção do PAC e os avanços na área social, consiga realizar uma gestão central articuladora da máquina pública, acabando com os enormes desperdícios orçamentários.

A falta de articulação do ente público brasileiro, visando assegurar a existência de compromisso dos agentes governamentais com um projeto da nação – que deveria se constituir na diretriz primus inter pares de governança, é a maior carência constatada em nossa administração pública. Conforme foi mostrado por vazamentos divulgados pelo WikiLeaks, foi verificado que funcionários públicos dos diversos ministérios – inclusive do próprio Ministério das Relações Exteriores (MRE), criticavam a estratégia comercial adotada pelo MRE após a chegada do PT ao poder, expressando com frequência insatisfações pessoais nesse sentido em contatos mantidos com funcionários do governo norte-americano, dessa forma contribuindo para minar a credibilidade das ações da diplomacia brasileira. Isso evidentemente constitui um verdadeiro tiro no pé!

A desarticulação dos órgãos governamentais também pode ser visualizada através da ação ou inação de grupos de trabalho interministeriais que, por fragilidade das respectivas representações, apresentam resultados pífios ou até mesmo descumprimento com seus desígnios. Este é o caso, por exemplo, do Grupo Interministerial da Propriedade Intelectual (GIPI), criado por Decreto do Poder Executivo em 2001 tendo por objetivo aportar subsídios para

a definição das diretrizes da política de propriedade intelectual, cujas recomendações não são consideradas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Este instituto, como órgão operacional da relevante área de propriedade intelectual, deveria seguir as diretrizes formuladas pelo GIPI ou contestá-las naquele fórum por ocasião de sua elaboração, mas nunca simplesmente desconhecê-las durante sua aplicação posterior.

Problemas de gestão também se verificam na aplicação do marco regulatório sanitário. Assim, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sem prejuízo do rigor técnico que sempre deve nortear a atuação dos órgãos regulatórios, deveria apresentar um melhor alinhamento dos procedimentos de seu corpo técnico com a política de desenvolvimento industrial do país, como se declara aderente a própria diretoria da agência. Priorizar pedidos de registro sanitário de produtos fabricados no país deveria resultar em procedimentos operacionais diferenciados de parte dos técnicos dessa agência, com agilidade na apreciação dos processos. Ocorre na prática uma falta de alinhamento entre a posição definida pela diretoria da agência e aquela operacionalizada pela sua equipe técnica – que se ufana de sua “autonomia”! A multiplicidade de órgãos do governo federal destinados ao registro de produtos fitossanitários, contendo procedimentos burocráticos distintos e sem uniformização, resulta também em grave entrave ao desenvolvimento do país.

A Receita Federal tem sido outro ente público totalmente descompromissado de qualquer política de desenvolvimento produtivo no país. Mesmo quando se trata de desburocratizar procedimentos de importação dos insumos para os programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico,

bem como de produtos destinados à exportação, é total a inação da Receita Federal com esse viés.

A alta administração pública do país, com justa razão, afirma que a inovação tecnológica é a força motriz de nosso desenvolvimento econômico e social. Para tornar efetiva essa orientação, a inovação tecnológica deve ser conduzida pela empresa produtiva operando no Brasil, porque ela conhece de perto as demandas do mercado público e privado, além de gerar renda e emprego para os trabalhadores localizados no país, diferentemente da pesquisa científica realizada na universidade por iniciativa de pesquisadores que, com raras exceções nas contratações de serviços, destina-se a criar conhecimento para ser divulgado – normalmente com maior proveito das nações mais adiantadas. A despeito de tais conceitos serem validados na prática diuturna pelos países desenvolvidos, no Brasil continua a ser priorizada a pesquisa científica conduzida na academia, sem um efetivo vínculo com as necessidades da empresa produtiva, como é o caso dos projetos de inovação tecnológica para a estratégica área da saúde pública quando examinados por agências de financiamento, à exceção do que ocorre somente no BNDES.

Além de efeitos imediatos pela geração de empregos e renda, a valorização da fabricação nacional constitui medida de excepcional importância estratégica para todas as nações no mundo. Em 1982, durante o período denominado de Guerra das Malvinas, faltaram suprimentos básicos de medicamentos essenciais, tais como antibióticos, que eram importados pela Argentina da Inglaterra e dos Estados Unidos. Com o apoio incondicional dado por Ronald Reagan à Margareth Thatcher, foi repentinamente cortado o fluxo de abastecimento desses produtos estratégicos à Argentina, causando um grave problema que somente foi atenuado pela remessa de tais produtos oriundos da fabricação brasileira então existente – à época havia cinco fábricas desses produtos operando no Brasil.

É para evitar que ocorram problemas desse tipo que os Estados Unidos, desde 1932, mantêm em vigor sua lei conhecida como Buy American Act, que criou uma preferência nas compras governamentais aos produtos internamente fabricados naquele país. No Brasil praticou-se algo com esse teor durante o período militar, via ações do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) criado nos anos 70 e que persistiu até o final da década dos anos 80 quando, drasticamente, o governo então empossado decidiu acabar com a política industrial dos anos 70/80, sem conservar seus benéficos efeitos mesmo que adaptados às novas condições que surgiam com a globalização das economias mundiais. Esse fato constituiu grave problema de descontinuidade na gestão pública. Somente agora, muito recentemente - julho de 2010, é que foi recuperado esse importante mecanismo para o desenvolvimento industrial do país através da edição da Medida Provisória 495, posteriormente transformada na Lei nº 12.349, que abrange diversos segmentos produtivos nacionais e que, quando for devidamente regulamentada, certamente terá forte influência no

A desarticulação dos órgãos governamentais também pode ser visualizada através da ação ou inação de grupos de trabalho interministeriais que, por fragilidade das respectivas representações, apresentam resultados pífios ou até mesmo descumprem com seus desígnios.

crescimento do PIB nacional.

O Brasil tem uma imensa área agriculturável, recursos naturais abundantes e a maior biodiversidade do planeta, autossuficiência energética, uma favorável relação do conteúdo populacional para as dimensões do território, um clima adequado, água em abundância, ausência de castas ou discriminações populacionais, e tudo o mais que nos destaca como a nação emergente com maiores potencialidades para um desenvolvimento autônomo e sustentável socioeconômico. Infelizmente as oportunidades de desenvolvimento ao ritmo apresentado pela China e pela Índia têm sido perdidas pelo Brasil, fato que chamou a atenção do *The Economist* ao registrar que era, talvez até mesmo, injusto o Brasil reunir tantas oportunidades de crescimento sem aproveitá-las.

A nova ministra do Planejamento recebeu da presidente Dilma Rousseff a incumbência de coordenar a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo corretamente declarado por ocasião de sua posse que precisamos “fazer mais com menos”. Mas para tanto é absolutamente necessário que a ministra esteja disposta a articular a ação dos diversos ministérios com firmeza e determinação para cobrar aderência, alinhamento integral e consistência nas medidas, exigindo resultados e cumprimento de cronogramas. Essa nova atitude – que expressa uma gestão pública há muito tempo ausente na administração governamental – certamente irá encontrar resistência da parte dos partidos políticos que loteam os cargos públicos no país e da burocracia estatal não habituada a ser cobrada por resultados.

Da firme atitude da nova ministra dependerá o sucesso dessa nova era do PAC, ao nosso ver componente de um projeto da nação como aqueles que tanto sucesso fizeram no passado. E somente assim teremos um ministério realmente do Planejamento, e não apenas dedicado ao orçamento público, como até agora se tem verificado.

Explosão do consumo, declínio da produção

O governo brasileiro tem apostado na expansão do consumo como estratégia de retomada do desenvolvimento econômico. Como demonstra a evolução recente do PIB e da balança comercial brasileira, o custo dessa opção começa a pesar mais do que os benefícios. Trabalhadores da indústria alertam para o perigo de desindustrialização da economia em setores de maior valor agregado, justamente aqueles que geram empregos mais qualificados, estáveis e bem remunerados.

Indústria, emprego e renda: o trinômio da sustentabilidade

A experiência internacional mostra que o caminho para o desenvolvimento econômico sustentável de um país passa, necessariamente, pelo fortalecimento de sua indústria. A China e a Índia já deixaram para trás a condição de meros produtores de bens primários e manufaturados de baixo valor agregado, e os países desenvolvidos que hoje direcionam suas economias para o setor terciário são, principalmente, aqueles que dominam tecnologias industriais ao ponto de poderem concentrar seus investimentos no ativo mais valioso da economia global: o conhecimento, capitalizado sob forma de patentes.

O governo brasileiro não tem aproveitado seus instrumentos macroeconômicos para favorecer a indústria doméstica. Comodamente instalado na posição de grande fornecedor mundial de *commodities* agrícolas, que têm se mantido valorizadas principalmente em função do crescimento da China, no plano da política industrial o Brasil tem adotado uma postura ambígua, caracterizada por diagnósticos competentes e discursos animadores, de um lado, e quase nenhuma ação efetiva, de outro.

Os trabalhadores da indústria estão atentos ao processo de desindustrialização em curso e alertam para os riscos de se privilegiar o crescimento do consumo sem articulação com políticas de nacionalização da produção. Segundo Clemente Ganz Lúcio, diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), “atualmente é claro para os representantes dos trabalhadores que um longo

período de desenvolvimento, com forte expansão de empregos que remunerem com salários que garantam um alto padrão de vida e de bem-estar, só será possível se o país for capaz de fortalecer sua economia em setores mais avançados tecnologicamente. Em outras palavras, a capacidade de inovar, criar e aperfeiçoar bens e serviços de maior valor agregado, aumentando a produtividade da nossa economia, tem importância decisiva para o nosso futuro”.

Lúcio esclarece que a indústria tem um efeito dinamizador na geração de emprego e renda, superior ao que se verifica nos setores



Clemente Ganz Lúcio

primário e terciário da economia. “A maioria dos ramos industriais está no centro de uma cadeia produtiva mais longa que as dos setores primário e terciário. Um exemplo claro é a indústria montadora de automóveis, que compra

insumos de outros setores como aço, plástico, vidro, motores, borracha. Esses setores, por sua vez, demandam insumos de outros, como a indústria extrativa, química e petroquímica, entre outros. Esse mesmo setor demanda máquinas e equipamentos, energia elétrica e daí por diante.”

Os serviços mais qualificados giram em torno da produção industrial, sublinha o diretor do Dieese. “Para vender um carro, ônibus ou caminhão, é necessária uma rede de concessionárias, financiamento (bancos, *leasing*) e agências de marketing. O bem industrial embute um valor agregado que permite pagar salários mais altos, lucros e impostos superiores à média da maioria dos setores. Analogamente, o exemplo do automóvel vale para os setores químico, de alimentos, têxtil, de borracha, e para os ramos do complexo metal-mecânico. A indústria está no centro da geração de valor e de empregos da economia. Vale lembrar que a migração de parcela expressiva da indústria manufatureira dos EUA para a China está sendo apontada como um grande obstáculo para que a retomada do crescimento econômico naquele país resulte em maior geração de empregos e em queda do desemprego.”

Na opinião de Lúcio, é estratégico para o desenvolvimento do Brasil o fortalecimento de segmentos capazes de produzir bens e serviços de maior valor agregado destinados a indústrias de ponta. “A inexistência de uma indústria de semicondutores no país talvez indique uma das principais lacunas do nosso parque industrial. Trata-se de um setor que aumenta incessantemente sua participação na geração de valor

nos países centrais. Assim, mesmo que os preços dos produtos exportados pelo Brasil continuem em alta, especialmente as *commodities*, é difícil imaginar que o país atinja patamares de renda *per capita* semelhantes aos dos países desenvolvidos sem elevar o valor agregado dos bens e serviços produzidos para o mercado interno e também exportados.”

No plano macroeconômico, o diretor do Dieese lembra que a exportação de bens e serviços de maior valor agregado é uma garantia de equilíbrio do balanço de pagamentos, “evitando déficits externos que sempre conduziram o país a crises graves de financiamento”.

Como enfrentar a guerra comercial

Embora a economia brasileira não esteja à beira de uma crise de financiamento, os sinais de desindustrialização já se fazem visíveis no balanço de pagamentos e seus efeitos podem ser potencializados pelo cenário de guerra comercial que se delinea no mundo. Em recente entrevista ao jornal *Valor Econômico* em 5 de janeiro de 2011, a economista e professora da UFRJ Maria da Conceição Tavares chamou a atenção para a concorrência predatória do período pós-crise, e afirmou que “a ques-



Maria da Conceição Tavares

ção envolve a necessidade da adoção de uma nova política de substituição de importação para frear a desindustrialização de setores da economia nacional”.

Conceição Tavares acredita que 2011

será um ano difícil, face à situação da Europa, que responde por um terço do comércio exterior brasileiro. “Não temos só o dólar desvalorizando. Há várias moedas com tendência à desvalorização, do euro ao yuan, o que aumenta brutalmente a concorrência externa, principalmente quando temos o real sobrevalorizado.” A estagnação da economia norte-americana, segundo ela, também pode afetar o Brasil, na medida em que nos levará a uma concentração excessiva no mercado asiático. “Se continuarmos dependentes da Ásia, e particularmente da China, vamos continuar com a balança comercial ligada ao primário exportador.”

A economista adverte que, além de adotar instrumentos comerciais e fiscais para estimular a substituição de importações, o Brasil terá que avançar também em inovação. “O novo governo tem que preparar a indústria para enfrentar os *dumpings* que protegem as indústrias dos países desenvolvidos, e também para sobreviver à formação de uma cadeia asiática de integração das indústrias da China, Japão, Índia e Coreia do Sul, todas dominando alta tecnologia e dispostas a invadir o planeta com seus produtos. A América Latina não dispõe de tecnologia para enfrentar os asiáticos.”

O controle de capitais é um instrumento que, segundo Conceição Tavares, deve continuar a ser usado para pôr fim à entrada desenfreada de dinheiro especulativo. “Temos dólares sobrando e as reservas têm custo. O próprio FMI reconhece hoje os benefícios dessas medidas de controle, seja taxando o dinheiro na entrada ou adotando a quarentena.”

O economista David Kupfer, também professor da UFRJ, não interpreta como “desindustrialização” a evolução recente do PIB e da balança comercial brasileira. Em sua opinião a indústria, mesmo prejudicada pelo câmbio e pela decorrente perda de competitividade frente às importações, teve um bônus ligado à explosão do consumo. Em sua opinião, o que impediu a adoção de uma política cambial mais favorável à produção nacional nos últimos anos foi o potencial conflito entre a taxa de câmbio e o poder de compra dos salários, que poderia

ter inviabilizado a política de consumo inclusivo priorizada pelo governo do PT.

Por outro lado, Kupfer reconhece que o período de bonança está terminando e que, sem uma política industrial e tecnológica capaz de provocar mudanças estruturais na economia, o país poderá pôr em risco os avanços conseguidos nos últimos dez anos,



David Kupfer

perdendo inclusive o poder de sustentar o desejável paradigma da universalização do consumo. Ele acredita que durante algum tempo a saúde macroeconômica brasileira ainda estará preservada, em função das grandes reservas acumuladas e dos superávits passados, e que o país poderá enfrentar uma conta-corrente negativa sem enfraquecer sua economia. Mas nesse período, adverte, será fundamental mobilizar outros instrumentos políticos. “Além da contenção da apreciação cambial, e até uma certa desvalorização para devolver o câmbio a um nível competitivo, vai ser necessário um des-travamento do circuito financeiro para que se tornem mais eficazes os mecanismos de financiamento de longo prazo.”

Ao contrário do que ocorreu no período desenvolvimentista dos anos 1970, quando os investimentos eram fortemente lastreados em financiamento público, Kupfer



Roberto Nicolsky

entende que daqui para frente o financiamento à indústria não pode depender exclusivamente do BNDES. “Será preciso reforço, tanto de outras modalidades financeiras quanto, principalmente, da consolidação do mercado de capitais privado, fundamental para estimular um novo ciclo de investimentos capaz de produzir uma mudança estrutural do perfil produtivo da indústria brasileira.”

Quem também defende um desenvolvimento diferente daquele praticado há quatro décadas é Luiz Carlos Bresser Pereira, economista e ex-ministro da Administração Federal e Reforma do Estado no governo FHC. Esse “novo desenvolvimentismo”, de caráter menos intervencionista, em sua opinião deve ser pautado pelas seguintes diretrizes: responsabilidade fiscal; responsabilidade cambial (tendo em vista impedir a sobrevalorização da moeda); política de juros em média moderados; crescimento com poupança interna, e papel estratégico ou indutor do Estado, em contraste com o papel produtor que caracterizava o velho desenvolvimentismo.

Para que o Estado exerça de forma adequada o papel que lhe cabe, Bresser Pereira considera indispensável dar prosseguimento a duas reformas administrativas fundamentais: “a primeira é a reforma burocrática, que torna o serviço público profissional e efetivo; a segunda é a reforma gerencial ou da gestão pública, que torna os serviços

sociais e científicos do Estado eficientes. O Brasil começou sua reforma gerencial em 1995. Uma reforma assim leva entre 30 e 40 anos para se completar. Está caminhando.”

Perda de conteúdo tecnológico

O diretor da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), Roberto Nicolsky, foi um dos primeiros representantes de entidades da indústria a denunciar o processo de desindustrialização da economia brasileira. Isto porque, sob a ótica da tecnologia, os sintomas desse processo já se evidenciam há algum tempo. Segundo ele, “a conjugação da apreciação cambial com a elevada taxa de juros e os sufocantes encargos fiscais criou, nos últimos anos, o mais perverso cenário para o desenvolvimento tecnológico da indústria nacional”.

Nicolsky observa que o expressivo tamanho do mercado interno brasileiro mascarou, por algum tempo, os efeitos negativos da perda de conteúdo tecnológico da indústria. “Não tem havido uma redução do valor da produção, nem mesmo física, e não

país. Entretanto, a taxa de crescimento da indústria, principalmente a de manufaturas, tem sido bem inferior à do PIB. Em consequência, a participação da indústria de transformação na composição do PIB chegou a valores inferiores a 15%, e a da indústria como um todo caiu para menos de 24% - uma enorme perda, em comparação com os 34% de 15 anos atrás.”

A dinâmica da desindustrialização varia conforme o segmento industrial, segundo o diretor da Protec. “Nos segmentos com menor mercado e nos quais estamos tecnologicamente atrasados, há uma tendência à reversão industrial, isto é, à troca do produto nacional por um importado competitivo, mais moderno. É o caso de alguns eletrônicos de consumo, como celular, televisão e DVD, e de certos tipos de tecidos, automóveis mais sofisticados. Já nos segmentos em que temos suficiente domínio tecnológico, a pressão é para incorporar componentes fabricados no exterior.”

O resultado acumulado no tempo, afirma Nicolsky, é a quebra de cadeias produtivas já estabelecidas e a agregação cada vez menor de valor ao produto industrial fabricado no país, numa contínua regressão para a simples montagem, como vem ocorrendo com bens de capital, equipamentos elétricos e medicamentos genéricos. “Esse processo tem graves consequências para o futuro da posição brasileira no comércio mundial de produtos industriais, porque destrói a nossa competência tecnológica, tornando-nos dependentes de tecnologia importada, mesmo que a produção industrial finalista continue a crescer para acompanhar a dimensão do mercado interno.”

A perda de competência, um fenômeno de difícil reversão, é produto de um conjunto de fatores: dissipação da memória tecnológica da indústria, desagregação dos recursos humanos, rápida obsolescência da capacidade produtiva por interrupção de investimento e desarticulação da cadeia de fornecedores de insumos básicos e intermediários. “O déficit industrial promete continuar crescendo e terá de ser coberto por mais e mais *commodities*”, alerta o diretor

A desarticulação dos órgãos governamentais também pode ser visualizada através da ação ou inação de grupos de trabalho interministeriais que, por fragilidade das respectivas representações, apresentam resultados pífios ou até mesmo descumprem com seus desígnios.

corremos o risco de uma migração significativa das indústrias finalistas para fora do

da Protec. “Mas lembremo-nos de que os ciclos de ouro das *commodities* dependem de preços firmes e demanda crescente. Quando essa mágica se quebra, o que nos resta é um filme de horror sem final feliz, que conhecemos muito bem.”

Regulação e compras públicas: exemplos do primeiro mundo

As maiores potências econômicas conquistaram posições destacadas no comércio mundial manejando a favor de suas indústrias, entre outros instrumentos, o poder de compra do Estado e os sistemas regulatórios, que visam basicamente à proteção do consumidor e do meio ambiente, segurança nacional e economia de escala. As barreiras tarifárias foram mecanismos fartamente utilizados até duas décadas atrás, mas com o advento do GATT e da OMC passaram a ser coibidos e, gradativamente, vêm perdendo importância. Os vice-presidentes da ABIFINA, Nelson Brasil de Oliveira e Marcos Oliveira, inspiram-se nos exemplos do primeiro mundo para sugerir diretrizes de política industrial nessas áreas.

“No plano regulatório, primeiramente é preciso atentar para a distinção entre standards, que são padrões recomendados, e especificações, que são regras obrigatórias”, explica Marcos Oliveira. A especificação, que coincide com o padrão mínimo aceito pelo sistema regulatório de um país, é um instrumento estratégico de política industrial. “Países tecnologicamente desenvolvidos costumam converter padrões elevados em regras, como parte de políticas protecionistas para privilegiar suas indústrias e barrar a entrada nos seus mercados de produtos de terceiros países. Emergentes de ponta, como China e Índia, ao contrário, mantêm suas especificações em níveis básicos para induzir o crescimento da produção nacional, e adotam os standards dos países desenvolvidos apenas como norte para suas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico.”

Os sistemas regulatórios de países

com pretensão de desenvolver e/ou consolidar suas indústrias domésticas têm em comum, portanto, não as especificações propriamente ditas, mas sim a diretriz de harmonizar as especificações com o ritmo de evolução da capacidade tecnológica e produtiva local, tendo em vista tornar o cenário concorrencial interno mais favorável às suas empresas. “Copiar especificações vigentes em outros países significa criar barreiras comerciais contra a indústria local, caso essas especificações não sejam condizentes com seu presente estágio tecnológico e industrial”, alerta Marcos Oliveira.



Marcos Henrique de Castro Oliveira

A química fina é um dos setores industriais sujeitos a forte regulação, em face do impacto de seus produtos sobre a saúde humana e o meio ambiente. No Brasil, os órgãos com poder regulatório nesse setor são Ibama, Anvisa, Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente). É conveniente que as especificações geradas por esses órgãos levem em conta o cenário concorrencial, na medida em que a transformação de um standard elevado em especificação funciona não apenas como barreira comercial, mas também como um fator de

concentração de mercado, podendo privilegiar empresas específicas.

O banimento radical de produtos, em função da adoção de uma especificação elevada, tem consequências sérias não somente para a indústria como também para o mercado consumidor. Marcos Oliveira cita o exemplo da agricultura, onde um mesmo defensivo recebe várias certificações para usos distintos. “Há diferenças de impacto e de eficácia na utilização do produto, dependendo da cultura. O banimento total, motivado por problemas de desempenho numa determinada cultura, pode deixar a descoberto outra onde o produto funciona bem. As autoridades da agricultura são sensíveis a problemas com defensivos envolvendo grandes culturas – soja, milho e arroz – mas, quando em função disso determinam o banimento, parecem não se preocupar com outras culturas pequenas como a da mandioca, que pode ter nesses mesmos produtos a solução de melhor custo-benefício.”

“A adoção intempestiva de especificações pode alijar empresas menores do mercado”, assinala Marcos Oliveira. “A implantação de uma especificação nova exige prazo de transição factível, para que as empresas possam se adaptar. Em setores de alta tecnologia e grande impacto social, como o de medicamentos, por exemplo, os trâmites relativos ao sistema regulatório podem consumir dezenas e até mesmo centenas de milhões de dólares antes de o produto chegar ao mercado, o que já restringe o número de empresas capacitadas. Um sistema regulatório mal desenhado e mal administrado pode se tornar um mecanismo de reserva de mercado e um empecilho ao desenvolvimento.”

Por outro lado, se um país não tem regras nem padrões adequados e/ou não exerce fiscalização eficiente sobre sua aplicação, pode se tornar o repositório de produtos de baixa qualidade produzidos em outros países. Não é simples e não existe “receita de bolo” que facilite o processo, mas, segundo Marcos Oliveira, o governo pode usar inteligentemente o

sistema de regras e padrões para fomentar o avanço tecnológico e a produtividade da economia. “É preciso levar em conta o capital imobilizado e a economicidade da atividade em questão, pois o custo da inovação decorrente das novas regras e padrões precisa ser razoavelmente absorvido pelo setor afetado”, pondera.

O selo Anvisa para medicamentos, recentemente instituído com prazo de implementação unificado e exíguo para as empresas, é um exemplo de como não se deve fazer. “Parece simples, mas a logística é muito complicada”, assegura Marcos Oliveira. “Os fabricantes das máquinas que aplicam os selos são poucos e irão atender prioritariamente as grandes indústrias. As pequenas terão dificuldades e poderão ficar fora do mercado. O certo seria implantar o sistema gradativamente, com períodos de transição escalonados, começando pelos remédios de controle mais restrito até chegar aos medicamentos com baixo grau de controle.”

No contexto das compras governamentais, assim como no regulatório, o exemplo do primeiro mundo é instrutivo. Nelson Brasil de Oliveira mostra que os

EUA fizeram desse instrumento um grande aliado de sua indústria doméstica, e acredita que ele poderá ter importância similar no Brasil, agora que temos um governo disposto a colocar o Estado mais ativo na economia. Um sinal positivo nessa área é a entrada em vigor da Lei nº 12.349, de 2010, que resultou da MP 495 e alterou dispositivos da Lei de Licitações.

Melhor do que a rápida regulamentação e implementação da Lei 12.349, só mesmo se o Brasil copiasse a legislação dos Estados Unidos. Segundo Nelson Brasil, ao contrário do que se divulga, por força da legislação nacional nenhum órgão ou empresa pública dos EUA pode importar bens ou contratar serviços sem antes esgotar as possibilidades de aquisição no mercado interno. Além disso, sempre que possível, a aquisição interna deve priorizar as pequenas empresas, definidas como aquelas que empregam de quinhentos a mil trabalhadores.

Os critérios de compra de produtos e contratação de serviços pelos órgãos públicos do governo norte-americano são definidos por três instrumentos legais: o Buy American Act, o Balance of Payments Program e o Small Business Act. O Buy American Act obriga todos os órgãos públicos, em compras diretas ou terceirizadas, a adquirir produtos que contenham, no mínimo, 50% de componentes nacionais. O Balance of Payments Program trata basicamente de assegurar que, em contratos públicos de obras ou produção industrial no exterior, os insumos adquiridos sejam preferencialmente norte-americanos. Por exemplo, as despesas com produtos ou material de construção provenientes dos EUA, incluindo custos de transporte e manuseio, devem exceder em mais de 50% o valor gasto com essas mesmas aquisições junto a empresas estrangeiras. O Small Business Act, por sua vez, determina que as compras de bens e serviços de valor entre US\$ 2,5 mil e US\$ 100 mil sejam reservadas para as empresas de pequeno porte, chegando mesmo,



Dante Alario

em alguns casos, a exigir que o setor público dê preferência, nas suas licitações, a empresas geridas por minorias étnicas ou veteranos de guerra.

Corrida de obstáculos na química fina

A indústria brasileira de química fina, além de sofrer os efeitos da destrutiva conjunção entre sobrevalorização do real e juros altos, é desfavorecida pela falta de isonomia regulatória e tributária frente aos competidores estrangeiros e, mais recentemente, também pela omissão do governo frente à onda de aquisições predatórias desencadeada no setor farmacêutico. Dante Alario Jr., presidente da Biolab-Sanus, vê com apreensão esse fenômeno: “O Brasil é a bola da vez: um mercado que cresce entre 10 e 12% ao ano, enquanto os outros crescem 0,5 a 1% ao ano. Todos querem vir para cá, inclusive porque no Brasil as empresas multinacionais têm possibilidades que lá fora não têm. Aquelas que já se estabeleceram aqui querem se fortalecer no mercado, e por isso têm se mostrado extremamente agressivas na aquisição de empresas nacionais.”

O empresário está convencido de que

A desarticulação dos órgãos governamentais também pode ser visualizada através da ação ou inação de grupos de trabalho interministeriais que, por fragilidade das respectivas representações, apresentam resultados pífios ou até mesmo descumprem com seus desígnios.

o processo de desnacionalização em curso é um dos caminhos para a desindustrialização, na medida em que as empresas compradoras têm em vista não a expansão da produção, mas a conquista de mercado. “Com relação às recentes grandes aquisições inter companies, que resultam em concentração de mercado, parece-me extremamente perigoso o fato de o Brasil não reagir de forma também agressiva, por exemplo financiando grupos nacionais para também comprarem, se for o caso, outros grupos nacionais.”

Alario afirma que a aquisição resolve um problema imediato da multinacional, que obtém um ganho de mercado e um aumento de receita bastante rápidos. “Mas, quando ocorre a desnacionalização, a empresa vendida morre em pouco tempo; de um a três anos. Por que isso ocorre? Simplesmente porque a maioria das empresas adquiridas não tem P&D&I, ou seja, não tem portfólio de produtos novos. Na verdade, o que a empresa compradora adquire é o mercado.”

A Biolab recebeu oferta de aquisição correspondente a dez anos de faturamento, conta Alario. “Recusamos, não porque a oferta não fosse consistente ou atraente; ao contrário, foi estupidamente boa. Não vendemos porque, primeiro, gostamos daquilo que fazemos, e segundo por entendermos que temos responsabilidades para com o país. Não estamos aqui apenas fazendo comércio; pensamos na continuidade daquilo que produzimos. Parafraseando José Carlos Magalhães, do laboratório Sintofarma, eu diria que não sou um empresário, sou um industrial. O empresário vende o seu negócio quando a negociação chega a um ótimo valor. Nós não vendemos porque temos na cabeça a visão de construir para o futuro do país, de colaborar num projeto de nação.”

Mesmo quando a empresa nacional insiste em permanecer no mercado, desafiando a corrente desnacionalizante e inovando por conta própria, o sistema

regulatório brasileiro não lhe recompensa pelo esforço. A inovação em fármacos e medicamentos esbarra na fila da Anvisa e em deficiências dos quadros técnicos da agência para analisar produtos novos, lamenta o presidente da Biolab. “Se a Anvisa não organizar uma fila diferenciada, com pessoas capacitadas para julgar e dar agilidade ao processo de registro do produto nacional inovado, a indústria farmacêutica local morre na praia. E se não morrer nessa praia terá uma grande chance de morrer em outra - a Câmara de Medicamentos (Camed), onde são fixados os preços dos medicamentos novos.”

Segundo Luiz Henrique Rahmeier, diretor de Desenvolvimento e Registro da Nufarm, o gargalo regulatório é também o maior obstáculo ao desenvolvimento do setor agroquímico no país. “Praticamente todos os processos pós-registro devem ser avaliados por três órgãos - Mapa, Iama e Anvisa -, gerando uma infinidade de ofícios, trâmites de documentos, diferentes interpretações e frequentemente extravios. A mudança física de uma unidade de formulação, que é um processo meramente burocrático, leva dois anos para ser aprovada. No caso de uma unidade de síntese de princípio ativo o processo é mais complexo ainda, exigindo-se praticamente um novo registro, muito embora se trate apenas de uma mudança de localização física da produção, sem qualquer alteração do produto em si.”

E os problemas não param por aí. “Registros de produtos para exportação levam os mesmos três anos e demandam os mesmos estudos que registros para o mercado interno, ainda que o produto já tenha sido registrado no país de destino. Um único princípio ativo precisa ter diversos registros, um para cada fabricante do produto formulado, sujeitando-se repetidas vezes ao mesmo trâmite burocrático. Além disso, embora todos os estudos e avaliações necessários para o registro - testes toxicológicos, resíduos, eficácia etc. - sejam realizados em condições extremas e por isso



Luiz Henrique Rahmeier

tenham embutidas margens de segurança, não se permite nenhum mínimo ajuste na fórmula, o que é normal e rotineiro em uma fabricação lote/lote. Posturas exageradamente restritivas nas avaliações geram um grande número de exigências e dados extras, sem agregar real segurança ao produto, mas somente atrasos e indeferimentos na concessão de registros que acarretam ociosidade de plantas produtivas e de trabalhadores, e o que é pior, perda de negócios.”

Segundo Rahmeier, esse cenário ajuda a explicar por que as empresas instaladas no Brasil, que sintetizam ou formulam produtos agroquímicos, não conseguem competir em igualdade de condições com os importadores. Por estarem sujeitas a uma série de restrições e procedimentos improdutivos, e também para sobreviver, essas empresas estão deixando de produzir no país e passando a importar produtos acabados. “O governo precisa urgentemente instituir um marco regulatório e políticas eficientes para reter, atrair e incentivar o investimento produtivo no setor. Com certeza, a racionalização dos processos regulatórios não irá afetar em nada a segurança e a qualidade dos produtos ofertados - pelo contrário, irá trazer a produção para perto do órgão regulador, tornando a fiscalização e o controle mais simples e frequentes.”

Compras públicas como instrumento para o desenvolvimento econômico e social do país



Eduardo de Azeredo Costa, presidente da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), é médico e doutor em medicina, nasceu em Porto Alegre, em 1942. Graduado pela Faculdade Católica de Medicina da capital gaúcha em 1966, tem mestrado pela Escola Nacional de Saúde Pública e doutorado em medicina registrado pela UFRGS. É também PhD pela Faculdade de Medicina da Universidade de Londres. Em mais de 40 anos de exercício profissional, atuou no planejamento, na gestão e execução de atividades regionais de saúde, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, e foi ainda professor de epidemiologia na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Coordenador do projeto do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz), diretor de Farmanguinhos de 2006 a 2009 e, no passado, também prestou serviços para a OMS e para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo por duas vezes secretário de Estado no Rio de Janeiro.

FACTO ABIFINA: Quando assumiu o cargo de diretor de Farmanguinhos em fevereiro de 2006, você declarou em seu discurso de posse: “vamos assumir Farmanguinhos sem ilusões, mas com determinação, para questionar, para inovar, para reinventar a história da assistência farmacêutica e da fabricação pública de medicamentos do país. Os medicamentos apresentam papel relevante na redução das taxas de mortalidade e de morbidade, mas são tão mais efetivos quanto mais competente é o controle do Estado do ponto de vista regulatório e mais dinâmica é a interferência do Estado para assegurar um acesso equânime aos medicamentos essenciais”.

Nesse cenário, Facto ABIFINA pergunta:

Ao ser criado o SUS e assim promovida a ampliação do acesso a medicamentos, não lhe parece que infelizmente não foi capitalizado o poder de compra do Estado para se promover o desenvolvimento econômico e tecnológico da indústria nacional, satisfazendo-se apenas com a perspectiva assistencial e seu zelo orçamentário?

Eduardo Costa: Certamente. Em 1998 foram comemorados os 50 anos da criação do National Health Service (NHS), que é o serviço de saúde inglês. Uma das avalia-

ções mais interessantes foi a repercussão na economia no setor farmacêutico. Publiquei um artigo há mais de dez anos chamando atenção sobre isso. A Inglaterra foi competente nesse aspecto. No Brasil, primeiramente surge a necessidade para somente muito depois se pensar em como atendê-la. Por isso viramos um paraíso de interesses diferentes daqueles a que destinam as propostas sociais na saúde.

E a descentralização das compras dos programas de atenção básica que foi procedida, a partir de Constituição de

1988, não lhe parece ser incompatível com uma concepção de uma rede de laboratórios orientada por planejamento público?

Eduardo Costa: Não há dúvida de que foi um ato contrário ao interesse nacional e contra a saúde. Desde o fechamento da CEME não temos instrumentos eficientes para implementar uma política pública adequada às necessidades sanitárias e econômicas do país. Felizmente leio na imprensa que pode haver agora uma centralização de compras, mas lamentavelmente con-

centrada nas necessidades dos hospitais federais públicos.

Não lhe parece que o modelo adotado pelo governo, orientado pelo mercado como regulador tanto da aquisição como da produção pública de medicamentos é inadequado, pois cada laboratório público compete com os demais dessa rede e ainda com a indústria privada, uma vez que o administrador público no estado ou no município não está obrigado a comprar prioritariamente do ente público?

Eduardo Costa: Nas regras e estruturas dos laboratórios públicos não há como competir com o setor privado, nem acho que deva ser o caso. Mas a principal razão é o engessamento das decisões que ocorrem na área pública e a ampla liberdade negocial do setor privado que faz dumpings internos, às vezes, somente para se livrar de estoques.

Algumas das minhas observações encontraram ampla receptividade na ABIFINA que propugnou para que a Anvisa passasse a registrar os insumos, com isso teria de haver uma visita técnica.

A descentralização das compras públicas, que foi justificada e legitimada discursivamente pela ineficiência dos produtores públicos, que atrasavam entregas e assim prejudicavam o tratamento de pacientes, não se mostrou equivo-

cada pelo fato da ineficiência da rede oficial residir, justamente, no atual sistema de compras governamentais, além de inviabilizar a indústria farmoquímica nacional existente?

Eduardo Costa: Esse aspecto levantado é muito importante. Em 2009 publicamos um artigo em que mostrávamos que se há possibilidade de inovação na área farmoquímica brasileira ela é propiciada exatamente pelas aquisições dos laboratórios públicos. As multinacionais têm seus arranjos produtivos fora do Brasil. As questões tributárias, tarifárias e cambiais induzem a isso. O setor de medicamentos nacional (em vias de absorção por empresas estrangeiras), só consegue competir importando insumos, como os princípios ativos. Assim, a política adotada por Farmanguinhos no sentido de privilegiar a compra dentro do país – e dentro da lei – e depois os contratos com transferência tecnológica que o Ministério da Saúde encampou e ampliou, se tornaram o único instrumento de inovação e de sustentação de um setor vital para o país.

Você tem dito que o predomínio da aquisição de produto através de um processo licitatório de compra via pregões internacionais facilita a entrega de princípios ativos não customizados ao processo produtivo de cada laboratório. E que, assim, os pregões internacionais potencializam a atração de empresas com desempenho técnico não satisfatório - não sujeitas a inspeções da Anvisa, que, seja por alta economia de escala ou acentuadas diferenças tributárias ou de subsídios expressos de seus Estados nacionais, apresentam preços mais competitivos que os produtores nacionais. E que, além disso tudo, os pregões internacionais facilitam a ocorrência de atrasos nas entregas e potencializam a

necessidade de substituição dos produtos por não conformidades. A sua experiência o leva a confirmar tais fatos?

Eduardo Costa: Sem dúvida. Isso ficou muito bem demonstrado no artigo que citei antes. Algumas das minhas observações encontraram ampla receptividade na ABIFINA que propugnou para que a Anvisa passasse a registrar os insumos, com isso teria de haver uma visita técnica. Mas essa medida certamente não terá o condão de responder à totalidade do problema. À época encontrei eco também na proposta de criar um Grupo Executivo para implementar a política industrial para o setor farmacêutico, coordenado pela Casa Civil, já que as ações dependem de vários ministérios e agências. De novo o apoio da ABIFINA permitiu que o Ministério da Saúde acabasse criando o GECIS, mas ligados a um ministério e com “representantes” dos demais acabou como Conselho Consultivo e não Grupo Executivo. Sem desconhecer os avanços, foi lento e insuficiente para intervir decisivamente no perfil de muitas coisas importantes, inclusive dos laboratórios públicos. Esses, financiados pelo próprio Ministério da Saúde, poderiam facilmente ser induzidos à implementação desejada da Portaria 128/2008, nem precisavam ouvir outros setores governamentais.

Dessa forma não lhe parece totalmente equivocado o uso do sistema de pregões internacionais para a aquisição de insumos para a saúde, já que dessa prática resultam elevados índices de reprovações de princípios ativos pelos controles de qualidade dos laboratórios oficiais os quais, para evitar atrasos na reexportação e importação - que afetariam os prazos estipulados pelo Ministério da Saúde, têm optado muitas vezes pelo reprocessamento, onerando o custo do medicamento?

Eduardo Costa: Fizemos uma demonstração matemática desse fato que nos permitiu que ganhássemos, em vários fóruns e decisões jurídicas, as causas que questionavam tal orientação. Tudo foi baseado no custo efetivo dos reprocessamentos de matéria-prima comprada por pregões. Ainda que muitos tivessem tentado questionar a legalidade dos procedimentos que adotamos, eles não somente eram legais como, sem sombra de dúvida, tinham relevante vantagem financeira e econômica para Farmanguinhos.

A lei nº 12.349/2010, que resultou da MP 495, destinada a regular a licitação pública como instrumento à inovação tecnológica no país, poderá resolver de vez tais problemas?

Eduardo Costa: Essa é a nossa expectativa. Porém, é esperado que vários recursos judiciais tentarão obstaculizar seu uso. Estejamos atentos.

Ainda que muitos tivessem tentado questionar a legalidade dos procedimentos que adotamos, eles não somente eram legais como, sem sombra de dúvida, tinham relevante vantagem financeira e econômica para Farmanguinhos.

O que destacaria na sua gestão havida em Farmanguinhos?

Eduardo Costa: Além dessas contribuições gerais compartilhadas com

amplios setores da nossa sociedade que se voltam para os interesses da atenção farmacêutica de qualidade para todos os brasileiros, logramos alguns êxitos graças as parcerias e ao apoio desses mesmos setores, cujas ações e medidas podem ser destacadas abaixo:

- Solução da questão dos atrasos nas entregas de medicamentos ao Ministério da Saúde, tendo inclusive colocado em dia um passivo de inadimplência.

- Início do processo de transferência de tecnologia para a produção da insulina humana recombinante.

- Apoio técnico à decisão do governo de fazer o licenciamento compulsório do Efavirenz.

- Licitação nacional por técnica e preço do princípio ativo do Efavirenz para verticalização de sua produção.

- Registro e produção do Efavirenz sob forte pressão contra, de quem apostava em nosso fracasso. A entrega da primeira partida do efavirenz ao Ministério da Saúde no dia 16 de fevereiro de 2009, não foi maquiada. Quisemos mostrar para a imprensa os caminhões saindo com a totalidade do quantitativo de nossa linha de produção pois qualquer erro ou falha seria usado para nos desmoralizar.

- Desenvolvimento e registro de patentes, destacando a feita em parceria com a Blanver Farmoquímica do DDI entérico, depositada na Espanha para o mercado europeu. Mais surpreendente foi logo após, o programa anti-aids do Brasil diminuir e logo suspender as compras, desestimulando o processo de registro do produto.

- Encapsulamento do oseltamivir. O Ministério da Saúde adquiriu nove toneladas de um pó do Tamiflu, inutilizável do ponto de vista logístico,

Licitação nacional por técnica e preço do princípio ativo do Efavirenz para verticalização de sua produção.

sob pressão de uma epidemia que até hoje não aconteceu – a de gripe aviária. O desafio que aceitamos, proposto pelo Dirceu Barbano, que à época chefiava o Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, era tornar esse pó utilizável. Com muito orgulho quando ainda não se sabia a dimensão da gripe “suína”, levamos ao Ministério as cartelas com o produto encapsulado. Poderia ser produzido diretamente ou por terceiros.

Como tem aproveitado a experiência em Farmanguinhos para dirigir a Fundacentro?

Eduardo Costa: A Fundacentro é um órgão da maior importância econômica e social, porém não tem o dinamismo de uma fábrica: o resolver agora!

Porém, aproveitei ensinamentos importantes que não caberiam nessa matéria. Há coisas, no entanto, em que sou incorrigível, poderia ter aprendido em Farmanguinhos: não consigo colocar os interesses menores acima dos interesses institucionais e nacionais para ficar bem com grupos que pretendem controlar as instituições públicas.

Um país de mascates?

por Marcos Oliveira | Vice-Presidente de Planejamento da ABIFINA



Aqueles que, como eu, se dispuseram a subir a serra para auxiliar na recuperação de uma cidade atingida pelos temporais de janeiro através de compras no comércio local podem estar certos que ajudaram a manter alguns empregos produtivos... na China. As prateleiras das lojas da famosa Rua Tereza, em Petrópolis, outrora escoadouro da produção local de modelistas, costureiras, bordadeiras etc. estão agora bem supridas de shorts, blusas e bermudas importadas do Leste Asiático. Ficaram os empregos de caixa e balconista. Na volta ao centro da cidade o turista percorre um longo caminho la-deando duas enormes fábricas de tecidos, já fechadas há tempos, retrato setorial da invasão de produtos importados que vem tirando espaço da produção brasileira em inúmeros setores, num movimento que o ministro Pimentel, recentemente, comparou a uma guerra comercial.

O movimento é amplo e vem de longe. As malfadadas políticas liberais, iniciadas nos anos 90, já haviam atingido setores industriais de elevado conteúdo tecnológico, como o da indústria química, destruindo cadeias inteiras de produção há custo montadas no país. Como resultado, centenas de linhas de produção de

intermediários e princípios ativos para uma vasta gama de produtos finais em corantes, aditivos, defensivos agrícolas, e produtos farmacêuticos e veterinários foram desativadas e sua produção paulatinamente substituída por importações. O mercado brasileiro de medicamentos, hoje um dos maiores e mais dinâmicos do mundo, vem sendo, em grande parte, suprido por produtos acabados vindos do exterior.

A situação na área da microeletrônica, dos equipamentos de escritório, dos equipamentos de comunicação não é diferente. Em recente encontro setorial da indústria, o presidente da Abinee mostrou que o conteúdo nacional dos produtos do setor diminuiu drasticamente: o tão celebrado aumento das vendas de telefones celulares em nada contribui para a indústria local. Mais de 90% do conteúdo dos aparelhos, em valor, é importado e este é um retrato, talvez extremo, mas emblemático, da situação da indústria eletro-eletrônica no país. O industrial brasileiro, para sobreviver no ambiente econômico a que o obrigam a trabalhar, está sendo forçado a importar cada vez mais, diminuindo o valor adicionado localmente a seus produtos. Tendo começado por setores de elevada agregação de valor essa estratégia de aumento das importações de componentes em busca de competitividade está se espalhando rapidamente por todo o espectro industrial, alcançando setores de médio e médio baixo conteúdo tecnológico. Com a segunda maior taxa real de juros do mundo e com a moeda que mais se valorizou nos últimos anos, corremos o risco de nos tornarmos um país de agiotas e mascates.

A guerra comercial agora aventada pelo ministro Pimentel vem se somar à guerra cambial denunciada há tempos pelo ministro Mantega. Guerra é sinônimo de turbulência aguda e grave e para enfrentá-la é preciso uma mudança de rumos, muitas vezes drástica. Até aqui

estamos lutando com estilingues contra fuzis. As medidas macroprudenciais adotadas no passado recente pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda para estancar a subida do real apontaram na direção correta, mas são claramente insuficientes e o uso de uma política monetária ortodoxa como única arma para sobrestar a inflação vai apenas manter o impulso importador crescente. Bancos e empresas estão se endividando lá fora a taxas de 1% e emprestando ao governo a 11% numa agiotagem desenfreada. Para conter a escalada do real é imperativo tomar medidas de controle dos fluxos de capital especulativos que entram no país para mera arbitragem, atraídos pela elevada taxa de juros garantida pelo governo e alavancadas pela forte expansão da liquidez internacional. É imperioso mudar a estratégia das políticas monetária e fiscal e calibrar a política creditícia. O ajuste fiscal reduzirá a pressão sobre a Selic e sua baixa contribuirá significativamente para a diminuição do custo da dívida pública. Vencida a fase aguda da crise financeira, importada em 2008, é preciso adotar uma sintonia fina para o crédito a fim de não manter o estímulo a um consumo que é, cada vez mais, suprido por importações e alavancado por um crédito, agora, excessivamente frouxo. Segundo dados recentes da Fiesp, cerca de 22% de nosso consumo interno em 2010 foi de produtos importados.

O ministro Pimentel acena com um leque de medidas de proteção ao nosso mercado interno, que vão de recursos contra concorrência desleal ao amparo das regras da OMC, passando pela elevação das alíquotas de importação dos setores mais atingidos pelas importações e alcançando uma muito desejável desoneração tributária da produção local. Embora todas estas medidas apontem na direção correta é a possibilidade da desoneração tributária que acende mais esperanças. Premido pelas vicissitudes dessas guerras cambial e comercial talvez seja esta a oportunidade para revisar a nossa absurda estrutura tributária, taxando menos a produção e a circulação de mercadorias e orientando a arrecadação para os tributos incidentes sobre a renda e a riqueza.

Bio-Manguinhos assina acordo para produzir nova vacina contra febre amarela

Brasil será pioneiro na utilização de plataforma vegetal para imunobiológicos

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), unidade da Fiocruz que é referência na produção de vacinas, reativos e biofármacos, deu um importante passo para o desenvolvimento de uma nova vacina contra febre amarela no Brasil. No dia 4 de janeiro, assinou um acordo de cooperação com a americana Fraunhofer Center for Molecular Biotechnology (Centro Fraunhofer para Biotecnologia Molecular) e iBio Inc. para produzir um novo imunizante contra a doença, ainda mais seguro e eficaz, com baixo índice de reações ou eventos adversos nos pacientes.

Alinhado às mais recentes tendências mundiais do setor, o novo imunobiológico será desenvolvido por meio de plataforma vegetal. Trata-se da primeira vacina no mundo feita a partir de uma planta – ou seja, sem o uso de vírus atenuado (não infeccioso).

Bio-Manguinhos/Fiocruz – reconhecido internacionalmente como fabricante da vacina contra febre amarela, já exportada para cerca de 70 países – atua em diversas linhas de pesquisa relacionadas à inovação em imunobiológicos. Os esforços recentes na área acadêmica e na indústria têm se concentrado na obtenção de vacinas de subunidade recombinante, com menor incidência de efeitos colaterais.

A parceria

O acordo assinado no início do mês determina que a Fraunhofer, renome em biologia molecular, compartilhe o processo de desenvolvimento, produção e

purificação de uma proteína do vírus da febre amarela que atua como antígeno imunizante. Já a realização dos testes pré-clínicos e clínicos no Brasil será feita em conjunto pelas instituições.

O diretor de Bio-Manguinhos, Artur Couto, avalia a parceria como um importante avanço na área de pesquisa e desenvolvimento de novos imunizantes. “O acordo abre perspectivas para que o Brasil seja pioneiro na produção da vacina contra a febre amarela sem eventos adversos graves.”

A cooperação permitirá ainda aliar a competência da Fraunhofer no desenvolvimento de vacinas de subunidades recom-

a partir de uma estirpe viva atenuada do vírus da doença cultivada em ovos de galinha. Para o diretor executivo da Franhoufer, Vidadi Yusibov, “a nova vacina vai contribuir significativamente para proteger um público mais amplo”. O presidente da iBio, Robert B. Kay, por sua vez, destaca a contribuição para o desenvolvimento do setor. “A colaboração entre Bio-Manguinhos/Fiocruz, Fraunhofer Center e iBio deverá colocar o Brasil na vanguarda do desenvolvimento e produção de vacinas e outros biofármacos.”

Bio-Manguinhos/Fiocruz investirá US\$ 6 milhões no projeto para que o país progrida no domínio de processos de produção avançados. A previsão para o início da fase clínica 1, no Brasil e Estados Unidos, é de três anos.

“O acordo abre perspectivas para que o Brasil seja pioneiro na produção da vacina contra a febre amarela sem eventos adversos graves.”

Artur Couto, diretor de Bio-Manguinhos

binante com a alta capacitação de Bio-Manguinhos na produção e no controle de qualidade da vacina contra a febre amarela.

A vacina contra a febre amarela utilizada hoje no país é produzida pelo Instituto com tecnologia 100% brasileira, e desenvolvida





A vacina contra a febre amarela de Bio-Manguinhos/Fiocruz

Bio-Manguinhos é reconhecido internacionalmente como fabricante da vacina contra a febre amarela (antiama-rílica). Desde 1937, as preparações vacinais são obtidas em seus laboratórios a partir da cepa atenuada 17DD do vírus da Febre Amarela, cultivada em ovos embrionados de galinha livres de agentes patogênicos, de acordo com as normas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde. O Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, recomenda que a vacina seja aplicada a partir dos nove meses de vida, sendo importante o reforço, a cada dez anos, especialmente para quem vive ou vai viajar para regiões endêmicas. A Organização Mundial da Saúde estima que 200 mil pessoas não vacinadas contraem a doença todos os anos, e 30 mil morrem em decorrência da mesma.

Febre amarela

A febre amarela é uma doença infecciosa grave, causada por vírus e transmitida por vetores. As primeiras manifestações da doença são repentinas: febre alta, calafrios, cansaço, dor de cabeça, dor muscular, náuseas e vômitos por cerca de três dias. A forma mais grave da doença é rara e costuma aparecer em até dois dias, quando podem ocorrer insuficiências hepática e renal, icterícia (olhos e pele amarelados), manifestações hemorrágicas e cansaço intenso. A maioria dos infecta-

dos se recupera bem e adquire imunização permanente contra a febre amarela. A enfermidade ocorre nas Américas do Sul e Central, além de em alguns países da África e é transmitida por mosquitos em áreas urbanas ou silvestres. A infecção acontece quando uma pessoa que nunca tenha contraído a febre amarela ou tomado a vacina contra ela circula em áreas florestais e é picada por um mosquito infectado. Ao contrair a doença, a pessoa pode se tornar fonte de infecção para o *Aedes aegypti* no meio urbano. Entre 1989 e 2008 o Ministério da Saúde registrou 540 casos, com 236 óbitos.

Bio-Manguinhos/Fiocruz

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), que em 2011 completa 35 anos de sua fundação, é a unidade da Fiocruz responsável pelo desenvolvimento tecnológico e pela produção de vacinas, reativos e biofármacos. Sua missão é atender prioritariamente às demandas da saúde pública nacional. Com um dos maiores e mais modernos centros de produção da América Latina, possui atuação destacada no cenário internacional, por meio da exportação do excedente de sua produção para cerca de 70 países, através da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Centro Fraunhofer para Biotecnologia Molecular e iBio Inc.

A Fraunhofer é uma organização de pesquisa sem fins lucrativos cuja missão

“A iniciativa de produzir o primeiro imunobiológico a partir de plataforma vegetal, além de inédita no mundo, comprova a importância da cooperação técnico-científica e do intercâmbio de experiências com outros institutos de pesquisa para o país. O acordo permitirá aliar a competência do Centro Fraunhofer para Biotecnologia Molecular no desenvolvimento de vacinas de subunidades recombinante com a alta capacitação de Bio-Manguinhos, que já é a unidade da Fiocruz referência na produção e no controle de qualidade da vacina contra febre amarela. Estamos avançando nessa área justamente para oferecer à população produtos cada vez melhores e mais modernos.”

Artur Couto, diretor de Bio-Manguinhos

é desenvolver vacinas seguras e eficazes contra doenças infecciosas e desordens autoimunes. A tecnologia desenvolvida para iBio, Inc. fornece uma alternativa segura, rápida e econômica para ambas as vacinas e produção de proteínas terapêuticas. O Centro realiza pesquisas na área de biotecnologia vegetal, utilizando novas tecnologias de ponta aplicáveis à prevenção, ao diagnóstico e tratamento de doenças humanas e animais. Experiência e excelência em virologia vegetal, patologia, biologia molecular, imunologia, vacinologia, engenharia de proteínas e bioquímica.

ABIFINA comenta a notícia

EUA buscam recuo do Brasil em MP que restringe licitações

Estadão,
8/12/10



Tranca-ruas

Em entrevista à imprensa sobre as relações comerciais Brasil-Estados Unidos, o embaixador norte-americano Thomas Shannon manifestou da seguinte maneira sua contrariedade diante da recente Medida Provisória 495, baixada pelo governo brasileiro para proteger a produção nacional: “O setor privado sempre quer ruas abertas, e vamos trabalhar para abrir a rua como pudermos.” Shannon certamente pensa que ainda pode tratar o Brasil como uma “republiqueta”, uma nação de classe inferior. Cabe lembrar que os Estados Unidos mantêm em vigor desde 1933 o seu Buy American Act, que concede enormes vantagens fiscais para produtos nacionais nas compras públicas realizadas em todas as esferas de governo. Além disso, o Brasil não assinou o Acordo sobre Compras Governamentais firmado no âmbito da OMC. Ao contrário dos EUA, que assinaram e não cumpriram, alegando impedimento de sua legislação de comércio, o Brasil tem demonstrado coerência em suas relações no comércio multilateral: só assina os tratados que atendem aos interesses nacionais, e quando o faz incorpora seus dispositivos ao sistema jurídico, após submissão ao Congresso Nacional. Quem quer “ruas abertas” nos países parceiros deve, antes de mais nada, parar de trancar as suas.

Quem cuida da defesa comercial?

Estadão,
12/12/10



Receita rebelde

O ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, pôs o dedo numa ferida do Poder Executivo: a excessiva autonomia da Receita Federal na interpretação de diplomas legais. A pretexto de obedecer à MP 507, que instituiu sanções aos servidores públicos que violarem o sigilo fiscal de informações de contribuintes,

a Receita vem se recusando a fornecer ao MDIC dados sobre empresas importadoras suspeitas de práticas desleais de comércio, paralisando mais de 70 processos de fiscalização antidumping respaldados nas normas da OMC. Embora os referidos dados estejam protegidos apenas por sigilo comercial, e não fiscal, a Procuradoria Geral da Fazenda está providenciando uma emenda à MP para destravar o fluxo de informações.

Desde os anos 1990, a Receita Federal, então vinculada a um poderoso e neoliberal Ministério da Economia, orientado pelo princípio de que a “melhor política industrial é não ter política industrial”, vem fazendo e desfazendo atos normativos sem ouvir os demais ministérios. A política industrial instituída pelo governo Lula em 2004 até hoje não recebe o indispensável apoio da Receita, e até mesmo o ministro da Fazenda tem dificuldade para conter a rebelde autonomia desse órgão. É de se esperar que uma presidente “gestora” como Dilma Rousseff ponha finalmente a máquina pública a serviço do interesse público e do desenvolvimento nacional.

Índia estuda limitar capital externo na sua indústria farmacêutica

Valor Econômico,
4/1/11



Setor sensível

Diante da onda de aquisições de empresas farmacêuticas indianas por grupos estrangeiros, o governo indiano estuda regulamentar essas operações. A indústria desse país, que se especializou na produção de genéricos baratos e de alta qualidade, possibilita ao governo gastar apenas 0,9% do PIB em saúde – um dos mais baixos percentuais do mundo. Os ministérios do Comércio e da Saúde, receosos de que as aquisições resultem mais adiante em chantagem comercial, e consequente dificuldade de acesso da população pobre aos remédios, estão avaliando se o governo deve classificar a indústria farmacêutica como um “setor sensível”, o que seria o primeiro passo para uma regulamentação específica. Nesse caso, empresas estrangeiras interessadas em controlar mais de 49% de um laboratório farmacêutico indiano terão de, antes de mais nada, obter aprovação do governo.

Os principais países emergentes como China, Índia e Brasil, já aprenderam que é indispensável tomar medidas políticas e econômicas para assegurar a soberania nacional em áreas estratégicas – saúde, alimentação e defesa, por exemplo. A China mantém controle total até excessivo sobre esses setores, a Índia fica num meio-termo e o Brasil ainda hesita na utilização de instrumentos para proteger sua produção interna.

Balança comercial fechou 2010 com saldo de US\$20 bi

O Globo,
3/1/11



Desbalanceamento

A balança comercial brasileira fechou 2010 com um saldo positivo de US\$ 20,3 bilhões, graças às exportações de *commodities*. As importações bateram recorde, com destaque para produtos agroquímicos, segmento em que o Brasil é altamente dependente de fornecimento externo. Na pauta de importados os produtos químicos marcam presença provocando um déficit crescente, assim como siderúrgicos e borracha, produtos que no passado pesavam mais do outro lado da balança. Com a persistência de condições macroeconômicas adversas – real apreciado e juros altos – a economia brasileira caminha a passos largos na trilha da desindustrialização. Dependente da exportação de *commodities* agrícolas e da importação de insumos indispensáveis para produzi-las – fertilizantes e defensivos – o Brasil corre o risco de, a qualquer momento, num espirro de Pequim, ver desmanchado o castelo de cartas de um sistema produtivo que não teve sua autonomia reforçada em setores estratégicos.

EUA reveem cálculo antidumping que prejudica o Brasil

Valor Econômico,
6/1/11



O que virá depois?

A imprensa noticiou que, por pressão de parceiros comerciais e da OMC, o Departamento de Comércio norte-americano estuda abrir mão da discutível prática de aferição de dumping conhecida como "zeroing" – um artifício estatístico que consiste em expurgar do cálculo importações com valor superior à cotação do produto no mercado doméstico, considerada "normal", e que resulta em valores mais elevados para as tarifas antidumping. O reconhecimento da ilegitimidade dessa prática é que permitiu ao Brasil ganhar sua disputa mais recente na OMC contra os EUA, no contencioso do suco de laranja. Não poderia ser mais esclarecedora a explicação prestada por um alto funcionário da OMC sobre o aparente recuo do governo Obama. Ele afirma que os EUA já ganharam bastante tempo para que suas indústrias enfrentem a concorrência externa e agora estão reconhecendo o inconveniente de serem julgados sistemáticos violadores das regras multilaterais. É difícil acreditar na implantação pelos EUA de qualquer medida que implique efetivas restrições aos negócios dos seus poderosos produtores de sucos de laranja. Se o "zeroing" cair, é porque uma nova estratégia protecionista estará sendo gestada.

Uso em juízo da propriedade intelectual deve aumentar

DCI,
10/1/11



Tempo é dinheiro

Um grande escritório de advocacia especializado em marcas e patentes, conhecido por defender interesses de corporações multinacionais na Justiça brasileira, identificou a "tendência" de aumento dos contenciosos judiciais em torno do uso da propriedade intelectual nos próximos anos. Favorecidos pela morosidade da Justiça, detentores de patentes, notadamente na área farmacêutica, persistem na estratégia de obter prorrogações de seus monopólios após a extinção legal do privilégio. Confirma-se o velho provérbio: "tempo é dinheiro". Embora a previsão do escritório seja um tanto óbvia, tendo em vista o tamanho e a pujança do mercado brasileiro, vale lembrar que o setor produtivo e a sociedade brasileira continuam perdendo com isso. Faz falta uma atuação mais firme por parte do Poder Executivo através do CADE e do GIPI (Grupo Interministerial da Propriedade Intelectual) em defesa dos interesses nacionais contra abusos de patentes, pois a Justiça, na medida de suas possibilidades, está agindo.

Tensão comercial entre Brasil e EUA cresce na OMC

Valor Econômico,
14/1/11



Câmbio em pauta

A guerra cambial começa a entrar em pauta na Organização Mundial do Comércio, ainda que informalmente. Em recente discussão em Genebra, o embaixador norte-americano na OMC acusou o Brasil de estar elevando suas barreiras tarifárias às importações, e recebeu imediatamente o troco do colega brasileiro: "O produto americano se beneficia muito mais da subvalorização do dólar do que o produto brasileiro da proteção tarifária adicional que foi estabelecida", afirmou o embaixador Roberto Azevedo.

A falácia do "livre fluxo" da moeda como regulador natural de mercado caiu em descrédito em todos os países economicamente expressivos, com exceção do Brasil. A apreciação do real já passa de 30%, o que torna irrelevante qualquer discussão acerca de tarifas de importação da ordem de 15% ou 20%. Excluir do âmbito da OMC o tema da regulação do valor monetário no comércio interessa somente aos EUA, China e Índia, que não hesitam em lançar mão de controles internos para favorecer suas posições no mercado internacional.

A ABIFINA e a propriedade intelectual

por Ana Claudia Dias de Oliveira | Assessora da Área de Fitoterápicos e Propriedade Intelectual da ABIFINA & Pedro Marcos Nunes Barbosa | Especialista em Propriedade Intelectual e sócio da Denis Borges Barbosa Advogados.



A ABIFINA desde sua constituição em 1986 sempre demonstrou forte interesse nas discussões envolvendo o tema propriedade intelectual, por considerá-lo extremamente valioso se bem usado como instrumento de política industrial e, inversamente, se usado de forma abusiva ou distorcida, um forte mecanismo inibidor do desenvolvimento e da competitividade empresarial por se constituir na prática em monopólio temporário de mercado. Assim, em 1989 a ABIFINA já participava em Genebra de discussões no âmbito do GATT, como componente de missão empresarial organizada pela CNI, para atender a convite do embaixador Rubens Ricúpero, representante do Brasil naquele órgão das Nações Unidas.

Posteriormente, em 1991, foi a ABIFINA quem apresentou ao Congresso Nacional, através do então deputado Luiz Henrique da Silveira, a primeira sugestão de PL para modernizar o Código de Propriedade Industrial, vigente no

Brasil desde 1971. A proposta da entidade naquela ocasião serviu de base ao texto que foi aprovado pela Câmara de Deputados, por consenso das bancadas partidárias, no ano de 1993. A história conta que esse projeto de lei, depois de ter sido bastante modificado pelo Senado foi aprovado e promulgado pelo presidente da República em 14 de maio de 1996, tornando-se a atual Lei 9.279, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Ao longo dos anos 90 e no início do século XXI, a ABIFINA também participou de todos os encontros promovidos pelos governos das Américas no âmbito das negociações internacionais que visavam à criação da Alca, na qualidade de porta-voz da CNI em propriedade intelectual.

Para capitalizar a experiência assim adquirida, a entidade criou na sua estrutura organizacional um Comitê de Propriedade Intelectual, constituído por representantes de seu quadro societário

e coordenado por um vice-presidente da entidade, tendo por objetivo manter vivas as discussões envolvendo esse tema de relevante importância para o desenvolvimento socioeconômico do país, especialmente de seu setor industrial com maior densidade tecnológica, como é o caso da química fina.

Em 2006, sensibilizada por fragilidades detectadas no INPI decorrentes da escassez de seus quadros técnicos e de acompanhamento jurídico, abarrotados por processos judiciais movidos por empresas multinacionais que visavam reformar decisões do órgão por sentirem despreparo do Poder Judiciário para atuar nessa nova área do direito, a ABIFINA decidiu criar em sua estrutura operacional um Grupo de Trabalho constituído por técnicos de reconhecida expertise na área com o objetivo de aportarem subsídios para a ABIFINA apoiar o INPI nessa matéria. Assim sendo, a partir dessa data a entidade passou a pleitear seu ingresso nessas ações na qualidade de *amicus curiae*, situação que passou a ser aceita tornando-se hoje uma realidade marcante, em função da qualidade técnica de seus trabalhos e da reconhecida idoneidade sempre apresentada.

A partir dessa data passou então a ABIFINA a atuar fortemente nessa área de propriedade intelectual não somente em discussões em fóruns de debates, em artigos publicados e na participação em seminários, como também uma marcante presença junto ao Poder Judiciário. O Comitê de Propriedade Intelectual através de discussões técnicas em reuniões periódicas, tem realizado um extenso trabalho revendo legislações e conceitos e discutindo temas relevantes como polimorfismos, segundo uso, fórmula suíça etc. E a ABIFINA, através do Grupo de Trabalho de Apoio Jurídico, vem apoiando tecnicamente o Escritório Denis Bor-

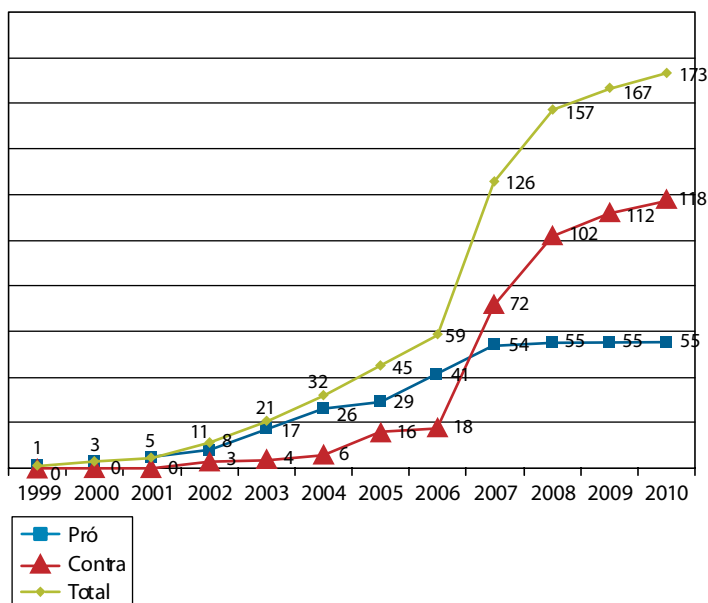


Gráfico I – Resultados dos julgamentos relacionados à propriedade intelectual no TRF2.

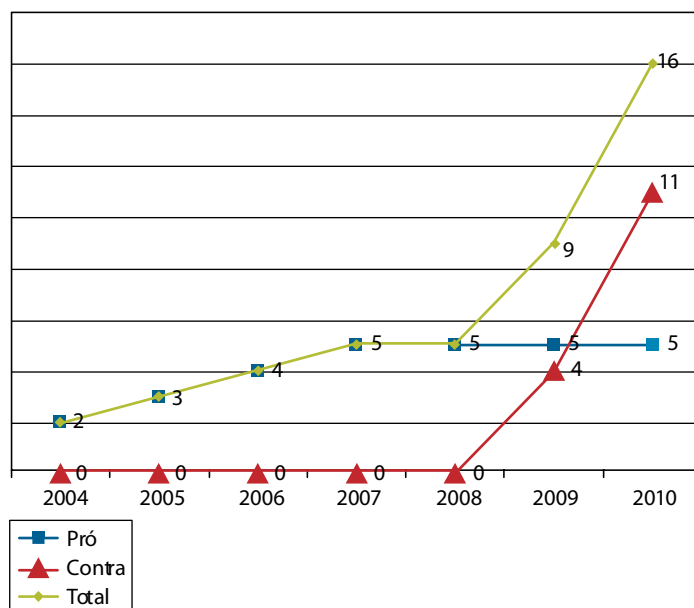


Gráfico II – Resultados dos julgamentos relacionados à propriedade intelectual no STJ.

ges Barbosa, contratado pela entidade para representá-la perante os tribunais regionais federais no Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

O escopo do trabalho desenvolvido pelo escritório de advocacia, assessorado pela GT da entidade, inclui o acompanhamento dos processos em trâmite pelo Poder Judiciário em áreas de interesse do setor produtivo nacional, na elaboração de peças judiciais em apoio às posições legais peculiares ao interesse público nacional e na atuação pessoal perante o MPF e ao Sistema Judiciário, em especial em defesas orais em julgamentos.

Nos tribunais regionais federais, a ABIFINA tem acompanhado processos relacionados a pedidos anteriores a 1995 (anteriores ao Acordo TRIPS), Continuation in Part, SPC (Certificado de Proteção Suplementar) e os relacionados ao Acordo TRIPSS. Com relação aos pedidos de patente depositados antes de TRIPS (realizados em data pretérita a 1995), em 19 processos julgados, 16 foram contrários à concessão das patentes e/ou prorrogações, e três a favor de tais pedidos. Os julgamentos com resultados favoráveis a concessões e/ou prorrogações desse tipo de patente e, assim, contrários aos interesses nacionais ocorreram em 2003 e 2004, antes da entrada da ABIFINA como *amicus curiae* da Justiça.

No tocante aos pleitos com base no instituto norte-americano Continuation in Part, este foi conceituado por Barbosa (2007a) como um pedido de patente depositado durante o processamento de outro, anterior, repetindo-o parcialmente, ou em sua totalidade, e adicionando matéria ainda não reivindicada. Factualmente tem gerado grandes confusões face ao ordenamento jurídico brasileiro, e, combinado com o instituto pipeline, vem alimentando o Judiciário com centenas de ações de extensão de prazo, causando instabilidade jurídica e, assim, contrariando os superiores interesses nacionais. Em 31 julgamentos realizados sobre o tema, 15 foram a favor e 16 foram contra. A jurisprudência tem acompanhado a posição da ABIFINA e evoluído no sentido de julgar improcedente a extensão de prazo de pedidos desse tipo. O último julgamento favorável a pedidos do tipo Continuation in Part ocorreu em 2008.

No pertinente aos pleitos de prorrogação com base em SPCs, constitui-se em mecanismo de extensão do prazo de exploração da patente, relacionado à licença de comercialização do órgão de regulação sanitária local (Barbosa & Barbosa, 2007). O número de decisões que entendem haver incompatibilidade entre o SPC e a legislação brasileira tem aumentado. Os últimos julgamentos com resultados favoráveis a essa tese ocorreram em 2006, ano em que a ABIFINA iniciou seu acompanhamento desses processos no Judiciário. Após esse período, o número acumulado de julgamentos contrários a esse tipo de pedido de patente chegou a 18 *versus* dois julgamentos a favor, fato que demonstra um amadurecimento no entendimento do Poder Judiciário e destaca o papel da ABIFINA nesse cenário.

Por sua vez, em 108 julgamentos de processos de patentes relacionadas ao

(...) o doutrinamento do Grupo de Trabalho de Apoio Jurídico da ABIFINA tem determinado a inversão de decisões anteriormente desfavoráveis aos interesses das empresas associadas, para amplamente favoráveis.

Acordo TRIPS, 68 foram contrários a esta modalidade de extensão patentária em contrapartida a 35 decisões favoráveis às multinacionais.

Tais demandas contam, constantemente, com a participação da ABIFINA através de uma intervenção denominada *amicus curiae*. A origem da instituição *amicus curiae* vem do Direito romano, onde tinha a função de ser um colaborador neutro do magistrado quando a resolução do caso envolvia questões não

(...) a ABIFINA decidiu levar seu suporte técnico às ações judiciais promovidas pelos titulares de patentes, gerando informações técnicas, econômicas e comerciais, em processos nos quais a ABIFINA solicitava ingresso na qualidade de *amicus curiae*.

O Comitê de Patentes através de discussões técnicas em reuniões periódicas, tem realizado um extenso trabalho revendo legislações e conceitos e discutindo temas relevantes como polimorfismos, segundo uso, fórmula suíça, etc.

estritamente jurídicas. Sua única obrigação era ser leal aos juízes (Bueno, 2006). A expressão *amicus curiae* significa “amigo da cúria”, ou “amigo da corte”. De acordo com Brasil & Barbosa (2008), empresas internacionais com o intuito de ampliar os direitos de suas patentes passaram a ter como meta alterar por via judiciária decisões administrativas dadas corretamente pelo INPI. Dessa forma, a entidade decidiu levar seu suporte técnico às ações judiciais promovidas pelos titulares de patentes, gerando informações técnicas, econômicas e comerciais, em processos nos quais a ABIFINA solicitava ingresso na qualidade de *amicus curiae*. No período de 2006 a 2010, foram realizados 26 julgamentos com pedido de admissão de *amicus curiae* pela ABIFINA. Foram 22 admissões contra apenas quatro inadmissões.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Distrito Federal, foram acompanhados também processos de abandono simples. Nesta modalidade, é demandada a “correção” do prazo de vigência da patente brasileira, de acordo com a data do depósito unionista, implicando a diferença de até um ano de duração do privilégio (Barbosa, 2007b). Nos últimos dois anos

ocorreram dois julgamentos e todos foram contrários a esse tipo de pedido. Ocorreram quatro julgamentos relacionados a pedidos Continuation in Part, sendo apenas um a favor, realizado em 2004, e três com pareceres contrários, todos em 2010. Adicionalmente, ocorreram 10 julgamentos relacionados ao Acordo TRIPS, quatro a favor (2006 e 2007) e seis contrários.

Dessa forma, o doutrinamento do Grupo de Trabalho de Apoio Jurídico da ABIFINA tem determinado a inversão de decisões anteriormente desfavoráveis aos interesses das empresas associadas, para amplamente favoráveis. Estes resultados podem ser observados nos gráficos I e II. Pode ser observado que, após 2006, com a entrada da entidade no judiciário, na qualidade de *amicus curiae*, o número de julgamentos contrários a prorrogações e/ou concessões de patentes nas formas explicitadas acima, aumentou substancialmente, o que se revela muito positivo para os interesses da indústria nacional e da população brasileira. O período coberto pela análise começa com o início de ações de interesse na área de propriedade intelectual, em 1999 e vai até o fim de 2010.

Bibliografia

Barbosa, P. M. N. (2007a). O instituto Continuation e as patentes pipeline. Publicado em: http://nbb.com.br/port/publicacoes/propriedade_01.html. Acesso em 08 de dezembro de 2010.

Barbosa, P. M. N. (2007b). Patentes pipeline no Judiciário. Apresentação realizada no Seminário “Patentes Pipeline e acesso a medicamentos”, pela Conectas Direitos Humanos, Instituto Pro Bono, Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e Rede Brasileira de Integração dos povos (REBRIP).

Barbosa, D. B. & Barbosa, P. M. N. (2008). Algumas notas à intercessão do SPC e da patente pipeline. Revista da ABPI nº 93, março/abril de 2008. Publicado também em: <http://www.demisbarbosa.addr.com/paginas/200/propriedade.html>. Acesso em 08 de dezembro de 2010.

Brasil, N. & Barbosa, P. M. N. (2008). A Abifina como *amicus curiae*. Revista Facto Abifina nº 14, jul/ago 2008.

Bueno, C. S. (2006). *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006.

Dubeux, R. R. (2010). Um balanço da evolução recente das leis de patentes no Brasil: os efeitos do Acordo TRIPS. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2612, 26 ago. 2010. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/17269>. Acesso em 08 de dezembro de 2010.

Pedrollo, G. F. (2005). *Amicus curiae: elemento de participação política nas decisões judiciais-constitucionais*. Revista da Ajuis: doutrina e jurisprudências, Porto Alegre. V.32. nº 99. set/2005.

16ª edição

FCE PHARMA

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA
PARA A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

EXPLORE UM MUNDO
DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

24 a 26

maio - 2011

Das 13h às 20h

Transamerica Expo Center - SP

www.fcepharma.com.br

O EVENTO MAIS COMPLETO
DO SETOR FARMACÊUTICO
NA AMÉRICA LATINA!

INFORMAÇÕES:

fcepharma@nm-brasil.com.br



Evento Paralelo:

FCE COSMETIQUE

Parceria Exclusiva:

SINDUSFARMA
UNIÃO DA INDÚSTRIA DE FARMACIA E DE FARMACIA
MANUFATURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Revista Oficial:

Pharmaceutical
Technology
BRASIL

Congresso:

Pharma
Congress

Organização:

NÜRNBERG MESSE

Painel do associado

Instituto Vital Brasil disponibiliza tecnologia do papel filtro

O Instituto Vital Brasil conseguiu junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) registros que possibilitam fazer exames utilizando a tecnologia do papel-filtro. A tecnologia permite que os valores da creatina, da hemoglobina e da glicose, sejam medidos através da análise de uma gota de sangue. Os exames são importantes aliados na prevenção da insuficiência renal, na triagem da anemia e na prevenção do diabetes. Juan Fidel, pesquisador do instituto, já pensa em disponibilizar o exame para a prevenção de outras doenças: "Agora estamos batalhando para conseguir o registro para testes com colesterol e triglicérideo", disse. Ainda de acordo com o pesquisador, os exames serão oferecidos de forma gratuita pelo SUS.

Farmanguinhos/Fiocruz inicia nova fase do projeto da fábrica de medicamentos em Moçambique

Farmanguinhos/Fiocruz participou da assinatura do contrato entre as empresas Vale Moçambique, o Instituto de Gestão das Participações do Estado (Igepe), de Moçambique e a PRO AIR, em 2 de março, na capital moçambicana, Maputo. O acordo viabiliza as obras de adequação da Sociedade Moçambicana de Medicamentos. Com isso, a empresa Vale se compromete a doar US\$ 4,5 milhões ao governo moçambicano para execução das obras, cuja duração está prevista para 12 meses.

A cerimônia ocorreu na residência oficial do Embaixador do Brasil em Moçambique com participação do presidente da Vale Moçambique, de diplomatas brasileiros, autoridades locais e da missão oficial de Farmanguinhos a Maputo.

A fábrica de medicamentos em Moçambique faz parte da Cooperação Técnica Internacional entre Brasil e o país africano. Farmanguinhos/Fiocruz é responsável pela execução das atividades de assessoramento técnico e gerencial, da capacitação de recursos humanos e da transferência de tecnologia de 21 medicamentos. O objetivo é produzir anualmente 226 milhões de unidades farmacêuticas de antirretrovirais para atender à população moçambicana.

Fapesp e Biolab investem R\$ 5 milhões em oncologia

Cientistas desenvolvem projetos com potencial para aumentar o conhecimento na prevenção e tratamento de doenças com alta incidência.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a Biolab Farmacêutica - 4o maior laboratório nacional - publicaram em 1/3/11 a Chamada de Proposta para apresentação de projetos de pesquisa. A iniciativa tem como objetivo gerar resultados aplicáveis no desenvolvimento de medicamentos inovadores e fomentar a pesquisa científica brasileira.

O investimento total previsto é de R\$ 5 milhões, divididos igualmente entre as partes por três anos, e as propostas devem ser apresentadas até 10 de junho, com divulgação dos selecionados em 10 de outubro de 2011. Esta é a primeira vez que a Fapesp lança chamada pública para

pesquisas em parceria com uma indústria farmacêutica, na área de saúde humana.

O Acordo de Cooperação apoiará pesquisas em oncologia - sobre tumores de difícil tratamento ou para os quais não existam medicamentos -, doenças degenerativas imunomoduladas e do sistema nervoso central, disfunções hormonais, diabetes e doenças provocadas por fungos, bactérias, protozoários ou vírus. Também poderão ser financiadas pesquisas sobre distúrbios cardiovasculares, processos inflamatórios envolvidos em diferentes patologias, princípios ativos moduladores da pigmentação da pele e distúrbios gastrointestinais.

A Biolab, que apenas em 2010 investiu mais de R\$ 43 milhões em pesquisa, desenvolvimento e inovação mantém alto índice de investimento em P&D&I do setor no Brasil: 7% do faturamento total.

Ourofino aposta em inovação aberta

A Ourofino Agronegócio pretende levar para a área de defensivos agrícolas a experiência do modelo de inovação que consolidou a empresa no setor de saúde animal.

A Ourofino Agrociência, unidade localizada em Uberaba, também pretende criar uma rede estruturada de parcerias com a comunidade científica para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores. Atenta às novas demandas do mercado e consciente de que a inovação pode ser fruto da interação entre universidade-empresa, a Ourofino Agronegócio lançou o programa Inovar, em que são cadastradas e selecionadas propostas inovadoras para o desenvolvimento colaborativo de soluções

em produtos e processos.

Na última semana, em visita ao Polo de Excelência do Café, na Universidade Federal de Lavras (Ufla), o diretor de mercados da Ourofino Agrociência, Carlos Eduardo Zamataro, demonstrou interesse da empresa em investir em produtos inovadores para o setor cafeeiro. Segundo ele, a aproximação com universidades e instituições de pesquisa faz parte da filosofia da empresa na busca pela diferenciação em inovação. Ainda novata no setor de defensivos, o programa Inovar deverá estreitar os laços com a academia e render novas parcerias, incorporando a visão mercadológica da empresa às ideias que surgem nesses centros de conhecimento.

Na área de saúde animal, onde a empresa ocupa a liderança entre as empresas nacionais, o programa de inovação aberta já está consolidado. Em 2010, foram mais de mil propostas de inovação inscritas, sendo que 10% delas viraram produtos para o mercado. O resultado desse sucesso é reinvestido em novos projetos, sendo 5% do faturamento da empresa destinado ao programa Inovar. Para a seleção das propostas, a empresa conta com um comitê de inovação, responsável pela avaliação técnica e mercadológica da ideia e retorno rápido ao pesquisador sobre a viabilidade da parceria.

Na avaliação de Zamataro, o programa Inovar apresenta sinergias com a proposta do Polo de Excelência do Café, no que tange à aproximação entre universidades e empresas. Para ele, a burocracia das instituições públicas de ensino e pesquisa é o maior entrave no contexto da inovação, o que amplia ainda mais as diferenças de tempo e velocidade entre a ciência e o mercado. "Saio daqui otimista e muito interessado com o espaço de articulação oferecido pelo Polo de Excelência do Café. "Alinhar as ex-

pectativas comerciais das empresas e o tempo das universidades é nosso grande desafio", ressalta.

Oxitenos investe no projeto do Centro de Desenvolvimento de Gaseificação de Biomassa

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo aprovou a primeira fase do projeto do Centro de Desenvolvimento de Gaseificação de Biomassa (CDGB) no futuro Parque Tecnológico de Piracicaba, em São Paulo.

O projeto, que deverá receber investimento de R\$ 80 milhões, será viabilizado por uma parceria entre o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além do apoio de quatro empresas - Oxitenos, Petrobras, Braskem e Cosan - e quatro instituições - Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq USP) e IPT.

O centro abrigará, em uma área de 80 mil m², uma planta piloto que desenvolverá a tecnologia de gaseificação do bagaço de cana-de-açúcar. A gaseificação é vista como uma ferramenta de mitigação de emissão de gases de efeito estufa. O gás de síntese do bagaço de cana será avaliado em três aplicações: para a geração de energia elétrica, produção de biocombustível líquido e como precursor de biopolímeros - monômeros do plástico.

A atual fase do projeto está voltada para a produção do gás. Para os primeiros cinco anos está prevista a produção de 500 kg/hora de gás de biomassa. Além do bagaço, outras matérias-primas de biomassa serão pesquisadas.

Durante os três anos de operação da planta, deverão ser processadas três mil toneladas de biomassa. Atualmente, o bagaço é usado para a produção de energia, mas seu rendimento energético é de 20%. No novo processo, o rendimento poderá dobrar, chegando a 40%.

Butantan desenvolve novo remédio contra a asma

Desenvolvida a partir do veneno do peixe *Thalassophryne nattereri* chamado popularmente de niquim (encontrado nas regiões Norte e Nordeste do país), uma nova droga é a descoberta do Instituto Butantan no combate à asma.

Após 14 anos estudando o veneno de peixes no Instituto Butantan, em São Paulo, as pesquisadoras Mônica Lopes Ferreira e Carla Lima, descobriram que esse peixe, além de suas substâncias tóxicas, produz uma espécie de anti-inflamatório, o peptídeo, que tem a vantagem de não apresentar os mesmos efeitos colaterais dos corticoides, medicamentos mais usados hoje no controle e tratamento da doença.

De acordo com Carla, há quatro anos elas se dedicaram especialmente a analisar a composição do veneno do niquim e sua atuação em camundongos. A asma é uma doença inflamatória, controlada geneticamente e que recebe muita influência ambiental.

Com toda a parte científica já desenvolvida, a descoberta da nova droga aguarda agora a fase de **testes clínicos, que serão realizados, segundo a pesquisadora, pelo Laboratório Cristália, que detém a coparceria da patente**, para poder finalmente chegar à população.

Eurofarma: Apetite em pílulas

A fabricante brasileira de medicamentos genéricos Eurofarma, dona de um faturamento de R\$ 1,3 bilhão e 3,4 mil funcionários, sempre foi uma companhia cobiçada pelas suas rivais.

Em várias ocasiões, circularam rumores de que o laboratório se uniria a Aché, criando uma superfarmacêutica local, com o apoio do BNDES. Gigantes internacionais, como a Roche, também teriam se interessado por seus ativos.

Nos últimos tempos, a Eurofarma, controlada pelo empresário Maurizio Billi, resolveu mudar o jogo. Em vez de ser comprada, a empresa baseada na capital paulista foi às compras.

Em 2010, por exemplo, adquiriu quatro empresas, três delas fora do Brasil: a Volta e Farminústria, do Chile; a Gautier, do Uruguai; e a Segmenta, de Ribeirão Preto (SP). Esta última transação foi avaliada pelo mercado em R\$ 400 milhões. Os valores das demais não foram divulgados.

“Algumas pessoas enxergaram nossa movimentação com surpresa”, afirma Maria Del Pillar Muñoz, diretora de novos negócios da Eurofarma. “Não somos uma empresa que está à venda.”

Com as aquisições, a companhia espera que seu faturamento cresça 30% em 2011, mais do que o dobro do previsto anteriormente. De acordo com Maria Del Pilar, o plano da Eurofarma é transformar-se na terceira maior fabricante de medicamentos do mercado brasileiro até 2015.

Atualmente, ela é a sexta, segundo a Jorge Raimundo Consultoria, de São Paulo. “A Eurofarma é uma indústria bem administrada. Por esse motivo, ela desperta tanto interesse”, afirma Jairo Yamamoto, ex-presidente da Medley, que foi comprada pela Sanofi em abril de 2009, por R\$ 1,5 bilhão. “A situação pode ser comparada à de uma mulher bonita: muitos homens olham, mas não significa que ela queira casar.”

Um dos objetivos da Eurofarma é aumentar sua presença na América Latina. Com as aquisições recentes no Chile e no Uruguai, somadas à argentina Quesada – adquirida em 2009 – a Eurofarma passou a atuar em 52% do território da região.

O objetivo é chegar a 90% em quatro anos. Os próximos alvos, segundo Maria Del Pilar, são a Colômbia e o México. “Comprar empresas é uma das formas de os laboratórios nacionais crescerem”, diz Nilton Paletta, presidente da IMS Health para a América Latina, consultoria especializada no setor farmacêutico. “Afim, o volume de investimento em pesquisa e desenvolvimento deles é mais baixo, quando comparado às empresas internacionais.”

Instituto Vital Brazil exporta soro antibiótico para o Uruguai

O ano de 2011 promete. Depois de muito trabalho, o Instituto Vital Brazil vem conquistando o mercado internacional. O Vital Brazil exportará soro antibotrópico para o Uruguai na segunda quinzena de fevereiro. Já é a terceira vez que o Instituto fornece soro para o país vizinho. Na primeira vez foi uma doação de 30 ampolas, só para um evento típico do país que é realizado na mata. Como o resultado foi muito bom, o governo uruguaio já tinha feito um pedido e agora partiu para o segundo. Serão 350 ampolas que suprirão 100% da necessidade do país. O pedido representa um ganho de pouco mais de R\$ 20.500 para o Instituto.

O soro antibotrópico é utilizado contra o veneno das jararacas, incluindo jararacuços, urutus, caiçaras e jararacas-pintadas. O soro só pode ser exportado por conta da proximidade entre os países. Por conta disso, os venenos acabam sendo parecidos e o soro pode agir com eficácia por lá também.

- Estamos em negociação com dois institutos, um da Costa Rica e outro da Espanha, para a produção conjunta do soro antimicrúrico (contra veneno da cobra-coral). O projeto está em análise no CNPq - disse Luiz Eduardo, diretor científico.

- Outro fornecimento internacional do Instituto Vital Brazil será pro Haiti. O Instituto, junto com o Ministério da Saúde, participa da ajuda humanitária com o fornecimento de 9.600 ampolas do soro antitetânico entre janeiro de 2010 e julho de 2011. O país encontra-se em estado de calamidade pública desde o terremoto de janeiro. Essa participação do Instituto Vital Brazil só foi possível em decorrência do processo de modernização apoiado pelo governo do estado do Rio de Janeiro. O Vital Brazil está aguardando uma autorização da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde do Ministério da Saúde

(Aisa) para enviar o primeiro lote com 6 mil ampolas.

Neo Decapeptyl fortalece portfólio do Aché em oncologia

Indicado para o tratamento de câncer da próstata, endometriose, leiomiomas uterinos sintomáticos e puberdade precoce, Neo Decapeptyl (embonato de triptorrelina) retorna ao mercado em fevereiro. Com uso intramuscular em adultos e crianças, o medicamento é apresentado em frasco-ampola com microgrânulos liofilizados e ampola diluente para formar suspensão injetável.

A volta de Neo Decapeptyl é mais uma estratégia do Aché para fortalecer seu portfólio em oncologia. "A empresa busca crescer nesse segmento. Prova disso é o investimento na criação de força de vendas especializada em oncologia e projetos junto às sociedades médicas", afirma Rosangela Alcatrão, gerente de Grupo de Produtos Oncologia do Aché.

"O medicamento será comercializado por distribuidores especializados de todo o país. Também participaremos de licitações para oferecer o produto na rede pública de Saúde", explica Vanessa Paloma Saito, responsável pelo lançamento. O produto é fabricado pelo laboratório suíço Debio Recherche Pharmaceutique e possui larga utilização na Europa e Estados Unidos.

Fábrica Carioca de Catalisadores encerra 2010 com grandes realizações

Ao longo dos seus 25 anos de existência, a Fábrica Carioca de Catalisadores tem trabalhado incessantemente pela melhoria contínua dos seus

processos, produtos e serviços. Este movimento de superação é resultado do trabalho da empresa, dos investimentos em tecnologia e da credibilidade dos seus clientes e acionistas. Em 2010, a empresa comemorou suas bodas de prata e alcançou uma série de vitórias:

- Completou em 29 de dezembro de 2010 dois anos consecutivos sem acidentes com afastamento.

- Está há três anos consecutivos com o efluente hídrico 100% especificado.

- Alcança recorde anual de produção de catalisadores para a Petrobras e mercado externo.

- Em setembro de 2010, a empresa conquistou 80% do mercado da Colômbia. Das cinco unidades de craqueamento catalítico desse país, a FCC S.A. passou a fornecer catalisadores para quatro delas.

- Em agosto de 2010, a FCC S.A. foi reconhecida como uma das 25 melhores empresas para trabalhar do Rio de Janeiro pelo Instituto Great Place to Work.

- O horto florestal da empresa produziu nesse ano 15.484 mudas e doou para instituições governamentais e não governamentais 14.646 mudas.

- O catalisador Saphire SMR foi avaliado em refinaria da Petrobras e seus resultados técnico-econômicos foram considerados superiores aos do catalisador concorrente.

- Disseminou uma série "Diálogos sobre Sustentabilidade" junto à força de trabalho para reforçar seu compromisso com a preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

- Estudos, projetos e ações de melhorias movimentaram o ano de 2010, gerando uma economia de R\$ 1,6 milhão para a empresa.

- O Programa de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde é uma referência na empresa e suas ações foram determinantes para a conquista, novamente, do zero acidente e da melhoria contínua da qualidade de vida da força de trabalho.

Saúde não tem preço

foto: Luís Oliveira / Ascom / MS

No dia 3 de fevereiro a presidente Dilma Rousseff e o ministro da saúde, Alexandre Padilha, lançaram o programa “Saúde não tem preço”, em cerimônia ocorrida no Palácio do Planalto.

A iniciativa está inserida no âmbito do Programa “Aqui Tem Farmácia Popular”, que já conta com 15 mil farmácias privadas e 500 farmácias do governo federal. A presidente Dilma Rousseff anunciou na ocasião, que os produtos para os pacientes diabéticos e hipertensos, num grande acordo entre governo, indústria farmacêutica, varejo e atacado serão oferecidos de graça para a população, nas farmácias conveniadas ao programa.

O evento contou com a presença de membros do Conselho Nacional de Saúde, governadores, senadores, deputados federais, líderes no governo na Câmara e no Senado, lideranças do setor produtivo farmacêutico, grande parte dos componentes do Ministério da Saúde e representantes dos consumidores. A ABIFINA esteve presente representada pelos seus diretores Odilon Costa e Telma Salles.



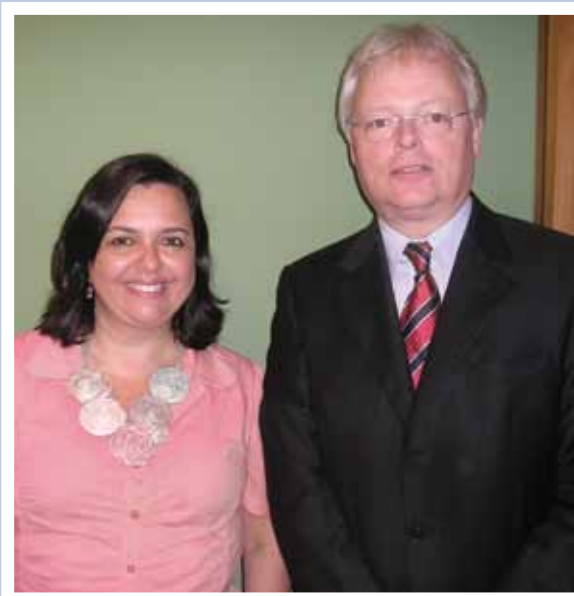
ABIFINA e Alanac são recebidas pela Anvisa

No dia 10 de fevereiro, a ABIFINA e a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac) participaram de um encontro com o assessor da presidência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Norberto Rech. A reunião teve por objetivo debater temas no âmbito do registro de medicamentos. A diretora de Assuntos Institucionais da ABIFINA, Telma Salles, representou a entidade nesse evento.

Em uma segunda ocasião, ABIFINA e Alanac reuniram-se em São Paulo, no dia 16 de fevereiro, para definir a agenda de prioridades para regulação do setor farmacêutico. Os tópicos da agenda foram encaminhados à Anvisa, conforme compromisso assumido com o órgão regulatório no primeiro encontro. A gerente técnica Diva Arrepiá, representou a entidade nessa ocasião.

ABIFINA elege novos dirigentes

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 24 de fevereiro, a ABIFINA elegeu novos dirigentes para o mandato que se encerrará em 31 de março de 2012. Para a Diretoria de PI foi eleita Adriana Serrão Guilherme, diretora institucional da associada Eurofarma. Para o Conselho Consultivo da entidade foi aclamado Peter Andersen, presidente & CEO do Grupo Centroflora, também associado à ABIFINA e com atuação na área de produção e desenvolvimento de extratos vegetais padronizados para as indústrias farmacêuticas, de cosméticos e alimentícias.



Negociação Mercosul-União Européia

A ABIFINA, representada pelo seu conselheiro Marcelo Castro, esteve presente na reunião da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), realizada em 7 de fevereiro, na CNI em Brasília. A reunião contou com a presença de representantes do embaixador Evandro Didonet (MRE), e da nova equipe da Secretaria de Comércio Exterior, do MDIC, e teve por objetivo tratar dos temas da negociação Mercosul-União Europeia.

Transmissão de cargo no MS e MCT

Os diretores da ABIFINA Telma Salles (Achê) e Odilon Costa (Cristália) representaram a entidade durante as cerimônias de posse dos ministros da Saúde e da Ciência e Tecnologia, Alexandre Padilha e Aloizio Mercadante, respectivamente. Os eventos aconteceram em Brasília, no dia 3 de janeiro de 2011.

Alexandre Padilha, médico infectologista formado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), recebeu o cargo das mãos do ex-ministro José Gomes Temporão. O novo ocupante da pasta já foi diretor nacional de Saúde Indígena da Fundação Nacional do Índio (Funasa) e secretário de Relações Institucionais da Presidência durante o governo Lula. Com 39 anos de idade, Padilha é o mais jovem ministro da atual gestão.

Em seu discurso de posse, Padilha defendeu que uma das prioridades de sua gestão será garantir o atendimento de qualidade à população e em tempo adequado para o tratamento do paciente.

O ex-ministro Sergio Rezende transmitiu o cargo ao economista Aloizio Mercadante. Formado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), Mercadante foi senador pelo estado de São Paulo durante os oito anos do governo Lula. Avançar na área de formação de recursos humanos e nos setores de pesquisa e inovação foi apontado como um dos principais desafios da atual administração.



foto: Luis Oliveira / Ascom / MS



foto: Paulo Henrique / MCT

Posse do secretariado do MCT

Aloizio Mercadante empossou no dia 2 de fevereiro os novos secretários do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O evento aconteceu em Brasília, no auditório do ministério e reuniu cientistas, autoridades e parlamentares. A ABIFINA foi representada na cerimônia pela sua diretora de Relações Institucionais, Telma Salles.



foto: Lecino Filho / Ascom / MCT

Enfisa 2011

O Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos (Enfisa), principal fórum de discussão técnica sobre agrotóxicos no Brasil, divulgou a programação para o ano de 2011.

Os encontros regionais de fiscalização acontecerão entre março e abril e vão servir para lançar as bases de discussão do evento nacional, a ser realizado em maio, que definirá as prioridades de ação. Também durante o evento nacional serão realizados um curso de atualização em fiscalização de produtos e um seminário sobre agrotóxicos.

A ABIFINA apoia a realização do evento e participa ativamente das reuniões de planejamento. As datas e os locais para os eventos foram aprovados nessa oportunidade e ficaram assim definidos:

- 15 a 17/03, Regional Norte - Boa Vista (RR);
- 4 a 7/04, Regional Sul/Sudeste/Centro-Oeste - Porto Alegre (RS);
- 26 a 28/04, Regional Nordeste - João Pessoa (PB);
- 23 a 26/05, Encontro Nacional e Seminário Nacional - Campo Grande (MS).

ABIFINA inicia as reuniões de seus comitês em 2011

Comitê Farmo

No dia 7 de fevereiro, realizou-se na ABIFINA a primeira reunião de 2011 do Comitê Farmo, que contou com a presença de Norberto Rech, assessor da presidência da Anvisa. Durante o encontro, Marcos Oliveira, vice-presidente de Planejamento da ABIFINA, reportou as discussões havidas por ocasião da reunião do Fórum Nacional de Biotecnologia, convocada pelo seu coordenador, o secretário de Inovação do MDIC, Francelino Grando, realizada dia 26 de janeiro de 2011.

Em seguida, Norberto Rech falou sobre a transição do governo e presidência da Anvisa; atualizou as informações sobre os pedidos de registros de IFAs apresentados à Agência e falou sobre as perspectivas para a publicação de uma nova lista de produtos para registro. Foi discutido, também na ocasião, a importância da ampliação da IN nº10 da Anvisa, que dispõe sobre a renovação simplificada do registro de medicamentos, de outubro de 2010, para medicamentos



sob prescrição, assunto apresentado por Telma Salles, diretora de Assuntos Institucionais da ABIFINA. Por fim, a gerente técnica da entidade, Diva Arrepia, informou às inúmeras empresas presentes ao encontro que a Anvisa estará se reunindo nos próximos meses com as entidades do setor que se manifestaram acerca da CP 84/10 (revisão da RDC 249/05) - que trata das boas práticas de fabricação de insumos farmacêuticos ativos - para debater o tema.



Comitê Agro

A ABIFINA sediou a primeira reunião de 2011 no dia 31 de janeiro. Conforme a pauta, foram definidas as estratégias de atuação da entidade para o ano, bem como avaliados ainda temas relacionados ao marco regulatório, como a Consulta Pública nº 02 da Anvisa, que trata da avaliação e classificação toxicológica de defensivos agrícolas, da INC, ainda não publicada, que irá estabelecer os critérios para as alterações de formulações pós-registro e, ainda, sobre as dificuldades do cadastro de produtos agroquímicos para comercialização em alguns estados da federação. Como consequência desse encontro, foram realizados nos dias 21 e 22 de fevereiro, novas reuniões técnicas para discussão da CP nº 02.



Comitê Fito

No dia 26 de janeiro, a ABIFINA promoveu a primeira reunião de 2011 de seu Comitê de Fitoterápicos, contando com a presença de representantes do INCQS (Fiocruz), do NGBS (Farmanguinhos), da Rede Amazônia e de empresas do setor.

Durante o encontro, foram elencados os principais atores

envolvidos na cadeia produtiva de fitomedicamentos e definidas as futuras ações do Comitê para o primeiro semestre, como a elaboração de um documento de diagnóstico do setor com o intuito de sensibilizar os órgãos regulatórios e, posteriormente, as agências de fomento.

Comitê de Propriedade Intelectual

No dia 23 de fevereiro, a ABIFINA promoveu a primeira reunião do comitê de PI. A reunião contou com a participação de Maria Hercília Paim, coordenadora substituta da Coordenação Geral de Patentes II (CGPATII) do INPI. Maria Hercília falou sobre as diretrizes para o exame de pedidos de patentes atualmente utilizados na área de biotecnologia, no Instituto. Ana Cláudia Oliveira, assessora de Propriedade Intelectual da ABIFINA, apresentou o documento de Estratégia Chinesa para a Inovação e Patentes, recentemente publicado pelo governo chinês. No mesmo dia, no período da tarde, ocorreu a reunião do Grupo de Apoio Jurídico da ABIFINA na área de patentes. Foram apresentados e comentados os julgamentos ocorridos no Tribunal Regional Federal da 2ª Região e no Superior Tribunal de Justiça, em especial aqueles em que a ABIFINA participou na qualidade de *amicus curiae* junto aos tribunais. Foram, também, examinadas as demais atividades conduzidas nessa área, em apoio às políticas públicas e ao setor produtivo nacional.



Excelente decisão do STJ

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou no dia 8 de fevereiro a prorrogação da patente dos medicamentos Sifrol, utilizado no tratamento de Parkinson, e Persantin, útil no tratamento de trombose (PI11006781 e PI11005939, respectivamente). Esta foi a primeira vez que o STJ decidiu favoravelmente a questão do *amicus curiae* da ABIFINA.

Pedro Barbosa ressaltou que o STJ já teria inúmeros precedentes pela admissão de terceiros interessados e salientou que a legislação processual permite, expressamente, tal intervenção nos artigos 341 e 543-C, do Código de Processo Civil, bem como inúmeros outros dispositivos legais. Salientou que o anteprojeto do novo código de processo civil traz artigo expresso (320) que cuida da admissão de *amicus curiae* em demandas individuais, bem como registrou ter a associação requerente representação nacional, haver pertinência temática, e ser o medicamento objeto da demanda para o tratamento de Parkinson, ao custo de R\$ 740 a caixa no Distrito Federal.

Após a defesa de Pedro Barbosa, o ministro Salomão destacou os inúmeros precedentes do STJ que admitem a participação do *amicus curiae*, e ressaltou que prorrogações posteriores obtidas no exterior não modificam o prazo da patente no Brasil. Assim, o STJ decidiu, de forma unânime, a questão defendida pela ABIFINA, na posição de *amicus curiae*.

ABIFINA atuando como *amicus curie*

Em recente decisão unânime da 4ª Turma do STJ, no Recurso Especial 1165845/RJ (vide destaque abaixo), na esteira de farta jurisprudência, entendeu-se naquela corte que não é passível de recurso por parte das titulares de tecnologia a admissão da ABIFINA nos feitos, na qualidade de *amicus curiae*, tendo em vista que esta preenche os requisitos objetivos para tal participação: representatividade nacional, pertinência temática, e interesse público comprovado. Tal precedente apenas corrobora os mais de 20 julgados do TRF2 e do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que já vinham ressaltando a importância da participação da ABIFINA nas discussões envolvendo patentes na seara da química fina. Trecho destacado nessa decisão:

“Primeiramente, no tocante à alegada violação ao art. 50 do CPC, não merece conhecimento o presente recurso especial. Verifica-se que a admissão da ABIFINA, pelo tribunal de origem, como amicus curiae, tendo em vista a relevância da matéria e o fato desta associação contar com a necessária representatividade, além de possuir interesse subjetivo no resultado do julgamento - ainda que seu objetivo principal seja manifestamente defender os interesses da indústria nacional de medicamentos -, não importa em qualquer prejuízo ao recorrente, seja porque o tribunal não fica vinculado, à evidência, as eventuais informações trazidas pela associação, seja porque o amicus curiae não possui legitimidade para recorrer. (...) Dessa forma, ante a falta de interesse jurídico para impugnação do ingresso da ABIFINA, não conheço do recurso especial quanto ao ponto.”

Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA)

Aconteceu em Brasília, no dia 14 de fevereiro, a 51ª reunião da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA). A pauta do evento contou como tópicos a apresentação sobre a COP da Biodiversidade; a produção de Soja Sustentável: Moratória da Soja e Programa Soja Plus; antibióticos no leite; apresentação da Conjuntura e Tendências do Mercado de Insumos Agropecuários; apresentação sobre o Desempenho do Crédito Rural; e apresentação dos Eixos Estratégicos da CTIA. A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepiá, representou a entidade na ocasião.

Ministério da Saúde recebe entidades do CIS

Foi realizada em 10 de fevereiro, na sede do Ministério da Saúde, em Brasília, uma audiência entre representantes de entidades do Complexo Industrial da Saúde (CIS), o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Carlos Gadelha.

O encontro teve como objetivo de examinar perspectivas para a política de inovação e de desenvolvimento produtivo do CIS. Estiveram presentes representantes da ABIFINA, Abimo, Abiquifi, Alanac, Alfob, FarmaBrasil, Interfarma, IPD-Farma, Pró-Genéricos, Protec e Sindusfarma.

Durante o encontro, houve unanimidade entre os presentes de que há uma grande necessidade de se alcançar uma maior eficácia na articulação do Complexo Industrial da Saúde. Em resposta o

ministro abordou a ação coordenada entre os ministérios (MS, MDIC e MCT) do atual governo Dilma.

Outros pontos abordados foram os seguintes: preocupação comum em relação à perda de competitividade da indústria brasileira decorrente de variáveis macroeconômicas e do sistema regulatório vigente; problemas que envolvem a forma de atuação da Anvisa; desindustrialização da farmoquímica brasileira decorrente da falta de estímulos governamentais; expectativas quanto à atuação futura das PPPs. O ministro se mostrou sensível às ponderações e às sugestões que lhe foram apresentadas pelos presentes.

Participaram dessa reunião pela ABIFINA: Jean Peter, presidente da entidade e os vice-presidentes Nicolau Lages, Ogari Pacheco e Dante Alario Jr.

Reunião discute sistema de rotulagem de produtos químicos

Foi celebrada em Brasília, no dia 27 de janeiro, a primeira reunião do Grupo de Trabalho Interministerial para a Implementação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GT-GHS). A reunião teve início com a aprovação da ata do último encontro, realizado em novembro de 2010, e depois passou a discutir detalhadamente a proposta de redação do decreto de implementação do GHS.

O GT decidiu encaminhar a versão aprovada para a consultoria jurídica do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), bem como a atual versão da Exposição de Motivos, que será ainda analisada por todos os participantes do GT até 10 de fevereiro de 2011. Depois de superada essa etapa, haverá uma definição mais clara dos rumos sobre a implementação do GHS no Brasil. A ABIFINA foi representada nesta reunião pela gerente técnica, Diva Arrepia.

ABIFINA participa de audiência pública sobre anorexígenos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realizou no dia 23 de fevereiro, em sua sede, em Brasília, Audiência Pública para debater a proposta de retirada do mercado brasileiro dos medicamentos inibidores de apetite. A apresentação da Anvisa se baseou na Nota Técnica produzida pela agência brasileira e divulgada em seu site, e foi dividida em duas partes: a primeira questionou a eficácia dos produtos femproporex, anfepramona, mazindol e sibutramina e a segunda buscou demonstrar que os mesmos produtos não são tão seguros para continuar no mercado. Várias associações médicas presentes ao evento, com argumentações técnicas, a princípio bem fundamentadas, contestaram os dados da Anvisa, especialmente a recomendação para retirada de tais produtos do mercado, tendo em vista que os riscos superaram os benefícios. A ABIFINA foi representada pelo seu presidente Jean Peter, pela diretora de Assuntos Institucionais Telma Salles, e pela gerente técnica Diva Arrepia.

Anvisa realiza encontro com entidades do setor agroquímico

As entidades representantes do setor agroquímico estiveram presentes no dia 8 de fevereiro em uma reunião com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Durante o encontro foram debatidos temas como o Relatório Semestral de Comercialização de Agrotóxicos; a consulta pública referente aos critérios e requisitos para avaliação toxicológica; a situação de empresas não associadas ao Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev); entre outros.

Participaram do evento a ABIFINA, a Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas (Aen-

da); a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef); e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag).

As entidades aproveitaram a oportunidade para solicitar à Anvisa a prorrogação do prazo, de 60 para 120 dias, referente à Consulta Pública nº 2, de 25/1/11, que dispõe sobre os critérios e exigências para avaliação e classificação toxicológica, o conteúdo de rótulos e bulas e o procedimento para alteração pós-registro de agrotóxicos, componentes e afins (item 3 da pauta). A gerente técnica Diva Arrepia, representou a ABIFINA nesse encontro.

ABIFINA participa de simpósio sobre cadeia produtiva e mercado farmacêuticos

No dia 20 de janeiro, ocorreu o simpósio “Mercado Farmacêutico Brasileiro: Tendências e Desafios”. A primeira parte do evento aconteceu durante o XI Encontro Paulista de Farmacêuticos e deu ênfase às áreas que compõem a cadeia produtiva de fármacos. A ABIFINA foi representada pelo seu presidente Jean Peter, que ministrou uma palestra sobre insumos farmacêuticos.

Também presente ao evento, Ogari Pacheco, presidente do Laboratório Cristália e vice-presidente da ABIFINA, ressaltou a possibilidade real de descoberta de medicamentos e destacou ainda que com o crescimento do setor, a indústria nacional caminha para a independência do mercado internacional. Já Waldir Eschberger, presidente da associada EMS, ressaltou que a entrada de medicamentos genéricos no mercado mudou a valorização do farmacêutico no Brasil. Ao mesmo tempo, os genéricos enfrentam inúmeras barreiras jurídicas, tendo em vista a série de pedidos de ampliação dos prazos de patentes por parte das indústrias internacionais.

O simpósio ainda debateu temas como a regulamentação e os investimentos relacionados ao setor farmacêutico. De acordo com a IMS Health, os investimentos no mercado em países que fazem parte dos Bric representam cerca de 13% da demanda global. Nesse grupo, o Brasil é o segundo país em que o mercado de fármacos mais cresce.



ABIFINA apresenta propostas de políticas industriais aos ministérios

Em janeiro a ABIFINA foi recebida em audiências nos ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) com o objetivo de apresentar o documento intitulado “Posicionamento da ABIFINA em Política Industrial”. O referido documento elaborado pela entidade e aprovado pelo Conselho Administrativo reúne as sugestões de iniciativas e ações da entidade para o Governo Federal.

O secretário executivo do MCT, Luiz Antonio Elias, recebeu a ABIFINA em 19 de janeiro como interlocutor do ministro com o setor privado, em evento preparatório para uma audiência futura com Aluizio Mercadante. Participaram do encontro o presidente da entidade Jean Peter, o 1º vice-presidente Nelson Brasil, os vice-presidentes

Dante Alario e Lélío Maçaira, o diretor Odilon Costa e o Conselheiro Marcelo Castro.

Em 21 de janeiro, o ministro Fernando Pimentel, do MDIC, recebeu a missão da ABIFINA composta pelos dirigentes Jean Peter, Nelson Brasil, Odilon Costa, Telma Salles e Marcelo Castro. As sugestões da ABIFINA contidas do documento de posicionamento da entidade em política industrial foram extensamente debatidas. Participaram ainda da audiência, pelo MDIC, o secretário executivo Alessandro Teixeira, secretário de inovação Francelino Grando, diretor do Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia Nilton Kornijezuk e o coordenador geral das indústrias químicas e de transformados plásticos Alexandre Ribeiro Lopes.

Fórum de Biotecnologia realiza sessão extraordinária

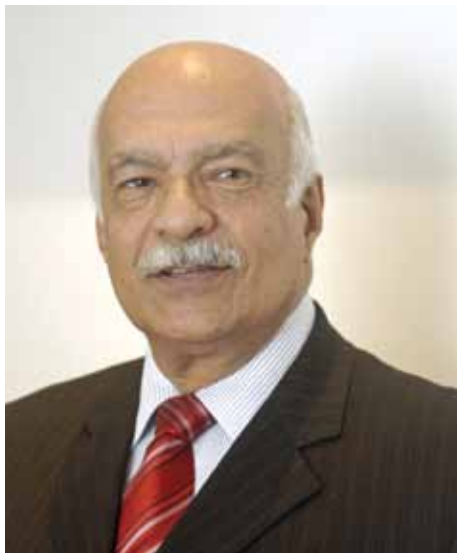
Uma sessão extraordinária do Fórum de Biotecnologia, convocada pelo secretário Francelino Grando, foi realizada no dia 26 de janeiro, na sede do BNDES, com objetivo comunicar aos participantes do Fórum que a nova administração do MDIC está interessada em acelerar as medidas necessárias para o desenvolvimento do setor no Brasil e que Grando continuará à frente da Secretária de Inovação do ministério tendo como uma das prioridades de atuação o setor de biotecnologia.

Na oportunidade o secretário e os presentes abordaram pontos preocupantes da situação atual com des-

taque para a situação do quadro regulatório. Grando pediu que as entidades representativas do setor enviassem em caráter de urgência sugestões de ações e medidas a serem adotadas pelo governo. Informou ainda que convocará oportunamente uma sessão ordinária para a retomada das atividades do Fórum. Estiveram presentes representantes de empresas e associações de biotecnologia de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, representantes da ABDI e da Protec. A ABIFINA foi representada pelo seu vice-presidente de Planejamento Marcos Oliveira.

Ponto Focal – Desindustrialização Brasileira

Odilon Costa | Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos da ABIFINA



Há quem diga que se você não está confuso é porque ainda não foi informado.

Vivemos num caldo de cultura da informação, do excesso de informação e de pouca formação.

Ao iniciar uma reflexão sobre o tema da desindustrialização, no meu caso é prudente limitar a minha linha de ação somente à altura dos pés, pois o sapateiro não passa do sapato.

Há um dilúvio de termos a nos atormentar como doença holandesa, câmbio, juros, inovação, desindustrialização, desverticalização como que nos levando na enxurrada.

O momento exige muita atenção, reflexão e principalmente ação política institucional no segmento que representamos: o farmoquímico-farmacêutico.

Não importa mais o que aconteceu, neste tempo vale mais o que está acontecendo e o que poderemos ajudar a acontecer.

O SUS é uma realidade nacional, a necessidade do acesso pleno ao medicamento é uma preocupação do Estado, refletida nas ações e decisões estratégicas contidas no Complexo Industrial da Saúde (CIS) e na parceria público-privada (PPP), que envolve premissas importantes desde o fortalecimento da cadeia produtiva farmoquímica-farmacêutica com a inclusão da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil (Alfob) e das indústrias farmoquímicas de produção local.

O momento deixa de ser de desindustrialização e passa a ser de industrialização e em muitos casos até de verticalização.

É preciso muita atenção na qualidade dos investimentos, principalmente o capital voltado à inovação, que exige profissionais qualificados que o Brasil carece e que necessita formar urgentemente, produzindo empregos de bom nível, e para isso é necessário uma ação governamental capaz de em conjunto com as universidades formar essa mão de obra especializada e um conjunto com o setor produtivo.

A cadeia produtiva da industrialização com alta tecnologia como a farmoquímica-farmacêutica voltada para a inovação, com produção local dos insumos de alto valor agregado, definidos pelo Ministério da Saúde (SCTIE, SAS, SUS) como estratégicos, capazes de reduzir o déficit da balança comercial do setor e melhorar o

No Brasil existe uma intenção e uma vontade política de fazer renascer e florescer a indústria farmoquímica, essencial principalmente quando falamos de inovação terapêutica, no desenvolvimento de novas moléculas.

acesso ao medicamento, fortalecendo a indústria instalada no Brasil, reduzindo a judicialização do acesso. Esse deve ser o nosso foco principal e nele concentrarmos o nosso esforço político, para oferecer aos participantes nestas parcerias uma maior segurança jurídica e regulatória, para que não haja dúvidas na hora de decidir o que realmente fazer.

A nossa vocação industrial ainda não priorizou a verticalização, nem a autonomia brasileira na produção de fármacos ou princípios ativos. Somos bons na pro-

dução de produtos acabados, inclusive os genéricos, mas ainda importamos aquilo que mais interessa no medicamento que é o princípio ativo, e não somos tão ativos em produzir o verdadeiro remédio, não somos bons de princípios, somos bons de produto final.

Como autor do livro *Brasil Tem Remédio* (mas a população ainda não tem acesso pleno), pois em muitas ocasiões o pobre morre com o nome da cura escrita na mão, na receita, mas sem acesso a ela, deveríamos todos ser advertidos que uma receita sem acesso ao remédio, faz mal à saúde, piora a qualidade de vida e antecipa o fim.

A boa saúde do trabalhador diminui o absenteísmo e torna o país muito mais produtivo, e o remédio faz parte do mix de ações que quando necessário, não pode faltar para que isso aconteça e principalmente com o princípio ativo produzido localmente.

No Brasil existe uma intenção e uma vontade política de fazer renascer e florescer a indústria farmoquímica, essencial principalmente quando falamos de inovação terapêutica, no desenvolvimento de novas moléculas.

O nosso parque farmoquímico é pequeno, mais já constituído de empresas com longa tradição no ramo, qualidade e potencial inovador. O grande receio é que pouca gente sabe da realidade desse segmento, e até pensa e diz que o Brasil não tem capacidade para produzir os fármacos e que isso é coisa de multinacional. Aí mora o perigo, pois pensando assim só falamos e legislamos para uma indústria nascente e esquecemos primeiro de fortalecer e revitalizar o que já existe e que é bom e ao mesmo tempo implementar programas para as novas.

É preciso cair na real, conhecer o que temos, vitaminar as indústrias existentes, sendo o poder de compra do estado a grande alavanca para através das PPP com a participação maciça dos ministérios, da iniciativa privada e dos laboratórios oficiais e em conjunto com a Anvisa, cuidar melhor do Brasil.

São Paulo - Sindusfarma
21 de fevereiro - módulo 1
21 março - módulo 2
11 de abril - módulo 3

Recife - FIEPE
23 de fevereiro - módulo 1
23 março - módulo 2
13 de abril - módulo 3

Os **Workshops Internacionais INCT-if** visam disseminar conhecimentos avançados sobre aspectos críticos para o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias no setor farmacêutico, em conformidade com padrões internacionais.

A série, composta por três módulos, que serão oferecidos por palestrantes internacionais, **com tradução simultânea**, nas cidades de Recife e São Paulo.

Módulo 1:

Qualidade e documentação em processos de P&D



Palestrante: Dr. Sanford Weinberg, professor associado de Health Care Management e diretor-executivo do Center for Clinical Research and Regulation da Dickinson College

Passando por temas como requisitos internacionais, documentação e assuntos emergentes, o especialista oferecerá um panorama das exigências regulatórias, negociais e de qualidade para a descoberta e o desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos.

Módulo 2:

Descoberta de novos fármacos e seleção de leads



Palestrante: Dr. Binghe Wang, professor da Georgia Research Alliance Eminent Scholar in Drug Discovery e editor-chefe do periódico Medicinal Research Reviews

O processo de descoberta de novos fármacos, os aspectos a serem endereçados e as estratégias para evitar armadilhas durante o desenvolvimento serão temas em destaque. O módulo também cobrirá assuntos envolvendo in/out-licensing de tecnologias e terceirização.

Módulo 3:

Segurança e dossiês para primeiros testes em humanos



Palestrante: Dr. Shayne Cox Gad, autor de 41 livros e diretor da Gad Consulting, empresa de consultoria com quase 20 anos de atuação nos Estados Unidos e outros países.

Abordará a avaliação e o estabelecimento de um potencial novo fármaco nos processos de descoberta, desenvolvimento e aprovação comercial. A palestra tratará, ainda, dos requisitos de agências reguladoras internacionais e erros comuns das empresas na área de segurança.

Inscrições e informações adicionais em:
www.axonal.com.br/capacitacao

VAGAS LIMITADAS!

TAXAS DE INSCRIÇÕES:

- **Isentos:** acadêmicos e funcionários de órgãos de governo, mediante disponibilidade de vagas e desde que pré-inscritos
- Valor **R\$ 560,00:** colaboradores de empresas incubadas ou associadas ao Sindusfarma, Sinfacope, Abifina, Alanac ou IPD-Farma
- Valor **R\$ 800,00** por módulo: demais empresas

Organização



Patrocínio



Copatrocinio



Apoio



Química

nossa vida,
nosso futuro.



2011: A Abifina no Ano Internacional da Química

Em 2011, Ano Internacional da Química, a Abifina completa 25 anos de atuação na representação dos interesses das indústrias que compõe o complexo industrial de química fina no Brasil, contribuindo para melhorar a discussão e o encaminhamento de temas como propriedade intelectual, instrumentos de proteção aos investimentos industriais, políticas de incentivo à produção nacional, inovação, entre outros. Todos temas relevantes para assegurar autonomia e excelência em um dos segmentos industriais estratégicos para a soberania nacional. Afinal, a química é determinante para solucionar questões que determinarão a qualidade do nosso futuro: segurança alimentar, saúde, energias renováveis, desenvolvimento sustentável e muito mais. Em 2011, vamos celebrar as contribuições da química para o bem estar da humanidade e também lembrar a importância de incluir a química na agenda estratégica do Brasil. Que os próximos 365 dias contribuam para alcançarmos este objetivo.

ABIFINA 25 anos

Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades